

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DOS SERVIDORES DO ESTADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Mariz e Barros, nº 775 - Bairro Maracanã
Rio de Janeiro-RJ, CEP 20270-001
2264-5452 - <https://hugg.hubrasil.gov.br/>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23819.003303/2025-21

**TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e plataformas/monta-cargas do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HUGG-Unirio/EBSERH), sem dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo fornecimento de materiais e peças de reposição sob demanda; juntamente com os serviços de atualização tecnológica (modernização) dos 04 (quatro) elevadores de passageiros do prédio principal em conformidade às especificações técnicas, prazos e quantitativos constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER/CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Único	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e plataformas/monta-cargas do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HUGG-Unirio/EBSERH), sem dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo fornecimento de materiais e peças de reposição sob demanda.	3557	MÊS	12
	2	Serviços de atualização tecnológica (modernização) dos 04 (quatro) elevadores de passageiros do prédio principal do HUGG-Unirio/EBSERH.	3557	UN	04

1.2. A contratação dos serviços supracitados possibilita a otimização do fluxo dentro do ambiente hospitalar, a movimentação dos pacientes, inclusive em cirurgias de urgência e não adotará o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP).

1.3. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de engenharia comum, de acordo com a alínea "a" do inciso XXI, do Art. 6 da Lei Nº 14.133/2021, assim considerados aqueles que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

1.4. Trata-se de **serviço comum de engenharia**, de caráter continuado, a ser contratado mediante Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inciso IV, do Regulamento de Compras e Contratos da EBSERH (RCC 3.0).

1.5. Será formalizado Contrato com vigência de 01 (um) ano, prorrogável por até 05 (cinco) anos, conforme art. 188 do RCC 3.0 da EBSERH.

1.6. A formalização de Contrato justifica-se visto que a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transporte vertical deve ser ininterrupta, de modo a garantir o pleno funcionamento dos elevadores e plataformas de elevação do HUGG-Unirio/EBSERH.

1.7. Disposições gerais e vigências:

1.7.1. As informações, exigências e recomendações contidas nesse Termo de Referência e seus anexos deverão ser examinadas criteriosamente pelas empresas licitantes. Eventuais dúvidas ou questionamentos deverão ser dirigidos tempestivamente à Comissão de Licitação do HUGG-Unirio/EBSERH, sendo recomendada a leitura conjunta deste Termo de Referência.

1.7.2. O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 01 (um) ano, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- e) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- f) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

1.7.3. Serão de inteira responsabilidade da Contratada os acidentes que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço, na forma da Lei em vigor.

1.7.4. A Contratada é responsável por todo e qualquer dano que porventura venha a ser causado por seu funcionário, dolosa ou culposamente aos imóveis, móveis, equipamentos, materiais e valores, pertencentes ao patrimônio do HUGG-Unirio/EBSERH ou de

terceiros que se encontrem em suas dependências. A Contratada fica submetida a prestar assistência, obrigando-se a reparar, substituir ou indenizar, conforme o caso.

1.7.5. A Contratada assumirá a defesa contra reclamações Judiciais e Extrajudiciais e arcará com o ônus decorrente de prejuízos e ações judiciais que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados e que venham a ser arguidos contra a Contratante, por terceiros.

2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A contratação compreenderá o fornecimento de mão de obra (sem dedicação exclusiva), peças, materiais de reposição, equipamentos de proteção, ferramentas e uniformes necessários e adequados à execução dos serviços, na forma estabelecida neste instrumento e seus anexos.

2.2. A licitante deverá apresentar proposta conforme item 7 do Termo de Referência.

2.3. O objeto compreende manutenções preventivas e corretivas em equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas), os quais encontram-se localizados no HUGG-Unirio/EBSERH, sendo 08 equipamentos, conforme apresentado na relação de equipamentos do Anexo III Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663).

2.4. Ressalta-se que o elevador da Nutrição encontra-se parado a mais de 07 (sete) anos, necessitando de sua substituição completa para retorno ao funcionamento, serviço este que não será considerado nesta contratação.

2.5. Os serviços serão realizados nas dependências do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, localizado no seguinte endereço: Rua Mariz e Barros, nº 775, Maracanã - Rio de Janeiro - RJ. CEP: 20270-004.

2.6. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como os serviços de modernização, para os elevadores e plataformas/monta-cargas do HUGG-Unirio/EBSERH, deverão minimamente obedecer e observar as especificações contidas nesse Termo de Referência e seus anexos.

2.7. As especificações contidas nos Anexos I, II e III elaboradas de modo a tornar a definição do objeto precisa, suficiente e clara, conforme o artigo 121 do Regulamento de Compras e Contratos 3.0 da EBSERH (RCC 3.0).

2.8. A partir da assinatura do contrato, a prestação dos serviços se iniciará com a responsabilidade técnica dos serviços de manutenção de todos os equipamentos se transferindo para a CONTRATADA. Todos os serviços necessários para a continuidade do funcionamento dos elevadores e plataformas/monta-cargas será de responsabilidade da CONTRATADA em todo o período do contrato, ou seja, posteriormente ao serviço de atualização tecnológica dos equipamentos.

2.9. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos listados no Anexo III Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663) em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários a garantir em perfeitas condições de funcionamento.

2.10. A CONTRATADA deverá colocar à disposição dos profissionais para uso individual e/ou coletivo, as ferramentas e equipamentos em perfeitas condições de uso, substituindo-se sempre que não estiverem em condições adequadas para execução dos serviços.

2.11. Os serviços prestados devem ser realizados nos equipamentos e locais, conforme Anexo III Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663).

2.12. Os serviços de manutenção a serem prestados incluem manutenções preventivas e manutenções corretivas.

2.13. As manutenções serão realizadas pela equipe de plantão 24h da Contratada, a depender de critérios tais como: tipo de manutenção (manutenção preventiva ou manutenção corretiva), horário de execução da manutenção, ocorrência de simultaneidade de chamados e complexidade de execução da manutenção.

2.14. No escopo da manutenção preventiva, estão inclusos a emissão de relatórios e laudos técnicos, dentre outros serviços necessários para manutenção do perfeito funcionamento dos elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas.

2.15. No escopo da manutenção corretiva, observado o disposto no item 2.18, tem-se as manutenções por demanda, as quais envolvem as substituições de peças de maior complexidade.

2.16. O custo associado à substituição de peças através do escopo das manutenções corretivas sob demanda, constitui valor de reserva orçamentária.

2.16.1. O valor de reserva orçamentária a que se refere o item 2.16. poderá ou não ser utilizado na sua totalidade, conforme necessidade da CONTRATANTE, mediante orçamento prévio, aprovação da EFC (Equipe de Fiscalização do Contrato) e posterior apresentação da Nota Fiscal.

2.16.2. Todos os equipamentos a serem utilizados para execução dos serviços, como celular, ferramentas, máquinas, escadas, sinalização de segurança, etc., serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais a CONTRATANTE.

2.16.3. Serviços mal executados deverão ser prontamente refeitos às expensas da CONTRATADA, no prazo de 1 (um) dia útil após a identificação dos mesmos pela fiscalização do contrato.

2.16.4. Todos e quaisquer danos causados ao prédio ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços deverão ser reparados pela CONTRATADA, às expensas da mesma.

2.16.5. Após os serviços, o ambiente deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação. Todo entulho (sujeira, peças, insumos) deverá ser removido e descartado pela empresa contratada, às expensas da mesma.

2.17. PEÇAS E ITENS COM ESTOQUE MÍNIMO A SEREM SUBSTITUIDAS NA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CASO NECESSÁRIO

2.17.1. As manutenções preventivas dos elevadores e plataformas de elevação necessitam de rol mínimo de materiais, peças de reposição e outros itens de pequena monta, bem como materiais utilizados para limpeza e conservação dos equipamentos e casas de máquinas, necessitando de estoque mínimo, tais como:

a) Parafusos, arruelas e porcas (substituição caso necessário);

b) Graxas/Óleos lubrificantes (Aplicação obrigatória);

- c) Lâmpadas (substituição caso necessário);
- d) Pinos, articulações, buchas, calços, anéis de regulação (substituição caso necessário);
- e) Corrediças e guias de portas (substituição caso necessário);
- f) Contatos de portas (substituição caso necessário);
- g) Suspensões de porta (substituição caso necessário);
- h) Operador de porta (substituição caso necessário);
- i) Cabos de aço de portas de cabine (substituição caso necessário);
- j) Correias e roldanas de cabine (substituição caso necessário);
- k) Rolamentos de cabine (substituição caso necessário);
- l) Fechos eletromecânicos e eletrônicos (substituição caso necessário);
- m) Botões/Botoeiras (substituição caso necessário);
- n) Painéis Indicadores (substituição caso necessário);
- o) Alarmes e Interfones (substituição caso necessário);
- p) Chaves de parada e de fim de curso (substituição caso necessário);
- q) Ventiladores (substituição caso necessário);
- r) Contadoras (substituição caso necessário);
- s) Sensores eletrônicos e relés (substituição caso necessário);
- t) Acrílicos (substituição caso necessário);
- u) Lonas e sapatas de freio (substituição caso necessário);
- v) Conectores calços de isolamento/amortecimento (substituição caso necessário).

2.17.2. O estoque mínimo ficará sob responsabilidade da contratada, assim como o controle de entradas e saídas e a prestação de informações à equipe de fiscalização do contrato.

2.17.3. As trocas das peças elencadas nesse rol devem seguir orientações de periodicidade indicadas em normas técnicas e recomendações dos fabricantes, ou sempre que avaliadas como necessárias pela contratada e/ou EFC em virtude das inspeções preventivas e chamados técnicos, visando manter os elevadores e plataformas de elevação em perfeito estado de conservação e funcionamento.

2.18. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.18.1. As manutenções preventivas serão constituídas por atividades de **inspeções preventivas (IPs) e de manutenções programadas (MPs)**, as quais deverão manter os equipamentos dentro de condições normais de utilização e segurança.

2.18.2. Terão como principal objetivo a redução das possibilidades de ocorrências de falhas por desgaste, envelhecimento, defeito de fabricação, desajuste, entre outros, de componentes, peças, sistemas ou conjunto de equipamentos do objeto da contratação.

2.18.3. **As manutenções preventivas deverão ser executadas no horário normal de expediente**, sendo de 08:00h às 16:00h e de segunda-feira à sexta-feira, de modo que não prejudique o funcionamento das atividades do HUGG-Unirio/EBSERH. Ainda assim, sempre que necessário, este procedimento poderá ser realizado fora do horário normal, independentemente do equipamento, não implicando em qualquer custo adicional para o HUGG-Unirio/EBSERH.

2.18.4. As manutenções preventivas deverão ser executadas com frequência mínima mensal para cada equipamento e área técnica, podendo ser maior a depender do componente e criticidade, e nos casos em que a equipe de fiscalização julgar necessário.

2.18.5. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados, preferencialmente e sempre que possível, nos locais onde os equipamentos se encontram instalados.

2.18.6. Quando ocorrer necessidade de execução dos serviços de manutenção preventiva nas instalações da Contratada e/ou em local fora das dependências do HUGG-Unirio/EBSERH, todos os custos de desmontagem, embalagem, seguro, taxas, transporte para a retirada dos equipamentos, peças ou parte, e respectivo retorno ao HUGG-Unirio/EBSERH, ocorrerão por conta da Contratada.

2.18.7. Os relatórios de manutenção preventiva deverão ser enviados mensalmente ao contratante, ou sempre que solicitado.

2.18.8. Os relatórios, deverão ser continuamente aprimorados, a depender da efetividade das manutenções preventivas, a serem avaliadas pelo setor de infraestrutura física do contratante.

2.18.9. Todos os serviços de manutenção preventiva devem obedecer às recomendações do fabricante, normas técnicas e orientações da fiscalização do contrato.

2.18.10. A Contratada deverá emitir laudo, decorrente das manutenções preventivas, atestando o estado de conservação e uso dos equipamentos, bem como as recomendações para realização de manutenções corretivas, e ainda possibilitar a inserção dos dados no Arkmeds (sistema de gerenciamento da manutenção do HUGG-Unirio/EBSERH).

2.18.11. A Contratada deverá emitir cronograma de manutenções preventivas, em até 10 dias após a assinatura do Contrato, a ser validado pela Equipe de Fiscalização do Contrato.

2.18.12. No interior da cabine de cada elevador, deve ser fixado uma plaqueta/adeseivo, contendo:

- a) Nome e CNPJ da Empresa;
- b) Telefone para contatos emergenciais.

2.18.13. Inspeções Preventivas (IPs)

2.18.13.1. São aquelas inspeções realizadas com frequência mínima mensal, em todos os equipamentos e áreas técnicas, como: casa de máquinas, poço dos elevadores, cabines dos elevadores, etc., conforme roteiro com parâmetros e orientações para manutenções apresentado no item 2.23.

2.18.13.2. O objetivo das IPs é detectar possíveis falhas, anomalias, irregularidades, etc., em elementos específicos e em todo o conjunto de modo a verificar a vida útil dos insumos e equipamentos, deterioração de peças, correto funcionamento dos componentes, etc.

2.18.13.3. Deverão ser sistemáticas, efetuadas periodicamente, contendo avaliações e análises das condições de funcionamento dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas. A periodicidade dessa inspeção será estabelecida seguindo as normas padrões da vida útil dos sistemas envolvidos e conforme verificado pelos membros da EFC da necessidade de realização da respectiva inspeção.

2.18.14. **Manutenções Programadas (MPs)**

2.18.14.1. São aquelas manutenções necessárias observadas em decorrência das IPs.

2.18.14.2. As MPs envolvem atividades e serviços que podem ser planejados, ou seja, não possuem urgência (em regra), exemplo: troca de peças com indícios de desgaste; lubrificação de peças e componentes; ajustes e regulagens de peças; etc, quando avaliados como sem necessidade de intervenção imediata.

2.18.14.3. As MPs deverão ser preferencialmente realizadas em horário normal de expediente, salvo em casos excepcionais de acordo com as orientações passadas pela fiscalização do contrato, de modo a não prejudicar o funcionamento do hospital.

2.18.14.4. Imediatamente antes de efetuar a interrupção do funcionamento do elevador, a Contratada deverá:

- a) Informar os fiscais do contrato e os funcionários da recepção do HUGG-Unirio/EBSERH sobre a interrupção do funcionamento;
- b) Sinalizar as portas externas de todos os pavimentos por meio de cartaz, placa, aviso ou totem, contendo informações básicas como a logomarca da empresa e uma frase similar "Elevador interditado para manutenção preventiva de rotina. Desculpe o transtorno, é para melhor atendê-lo";
- c) Verificar se não há passageiros no interior da cabine;
- d) De maneira alguma manter a porta aberta sem as devidas proteções.

2.18.14.5. Em todos os casos de MPs, seja feita por único funcionário ou por mais de um funcionário, a reposição de peças será feita sob demanda, caso não esteja contemplada entre os itens e peças inclusos nas manutenções preventivas.

2.19. **MANUTENÇÃO CORRETIVA (MC)**

2.19.1. As Manutenções Corretivas - MCs são aquelas manutenções que não podem ser previstas ou planejadas, muitas vezes em caráter de urgência, necessitando de intervenção imediata.

2.19.2. Os serviços executados devem compreender além da colocação do equipamento em condição normal de funcionamento, como também a emissão de relatório impresso de manutenção, no qual deverá constar os serviços executados e os componentes substituídos.

2.19.3. Os relatórios deverão ser apresentados à fiscalização do contrato assim que os serviços tenham sido finalizados e devem constar em relatório mensal a ser entregue à fiscalização.

2.19.4. Sempre que ocorrer defeito e for aberto chamado técnico pela Contratante, a Contratada será acionada para realização de orçamento do serviço que, após a aprovação pela Equipe de Fiscalização do Contrato, deverá ser consertado, em conformidade com os prazos aqui pré-estabelecidos.

2.19.5. Os serviços serão executados pela Contratada, mediante análise e diagnóstico, depois da abertura de chamado técnico pela Contratante, nos locais onde os equipamentos objeto deste contrato se encontram.

2.19.6. O orçamento de substituição de peças para manutenção corretiva deverá ser enviado ao respectivo fiscal técnico de contrato no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o surgimento da demanda de manutenção corretiva. Após aprovação, a manutenção corretiva deverá ser iniciada de imediato e a conclusão deverá ocorrer conforme prazos estabelecidos sobre reposição de peças no item 2.21.5 e 2.21.6.

2.19.6.1. Caso a MC dependa de aquisição de peça de difícil acesso no mercado, devido a obsolescência dos elevadores do HUGG-Unirio/EBSERH ou pela necessidade de fabricação do componente, será admitida a postergação do prazo do item 2.19.6., desde que existam o mínimo de dois elevadores em funcionamento no prédio principal do hospital.

2.19.7. As MCs serão realizadas pela Contratada dentro do prazo de 3 horas após a abertura do chamado dentro do horário de 08:00h às 18:00h, qualquer dia da semana, onde o custo da mão de obra não será contabilizado adicionalmente. Após às 15:00h a contagem do tempo será finalizada às 18:00h e continuará no dia seguinte, iniciando às 08:00h.

2.19.7.1. Para os casos de chamado de urgência, inclusive com pessoas presas dentro dos elevadores, o prazo máximo de atendimento é de 40 minutos após o registro do chamado em qualquer dia da semana ou horário.

2.19.8. No caso das MCs que demandem mais de um funcionário para a sua resolução, independentemente do horário em que ocorram, a empresa contratada deverá disponibilizar equipe necessária para atender aos chamados, onde o custo desta mão de obra não será contabilizado adicionalmente.

2.19.9. Considerando que as MCs são serviços não previstos, a empresa contratada deverá manter **estoque mínimo de peças cujas** substituições sejam mais recorrentes e imprescindíveis para a garantia da celeridade nas manutenções e restabelecimento do funcionamento dos equipamentos.

2.19.10. Os chamados para manutenção corretiva serão realizados quantas vezes forem necessárias para suprimir anormalidades ou irregularidades no funcionamento dos equipamentos.

2.19.11. Os serviços serão considerados concluídos, somente após testes de funcionamento do equipamento.

2.20. **DA MODALIDADE POR DEMANDA**

2.20.1. A demanda de uma determinada peça de alto valor, no caso deste contrato a prestação de serviços de manutenção corretiva com reposição de peças, itens, sistemas etc., quando necessário, será dada pela quantidade de itens e valores unitários **(conforme preço apresentado que deverá estar compatível com o mercado e comprovado através de 03 orçamentos)**, sendo submetido a apreciação prévia da Contratante.

2.20.2. A demanda será variável, entretanto, apesar de não conhecido a priori, deverá estar coerente com uma frequência de demandas típica associada a recomendações dos fabricantes, normativas técnicas, durabilidade e tempo de vida útil das peças e componentes aplicados nos equipamentos.

2.20.3. Com base nas inspeções preventivas, caberá a Contratada o levantamento da situação técnica e de uso dos equipamentos para estudo e dimensionamento das necessidades diversas para a prestação dos serviços de forma regular e sem interrupções.

2.20.4. Baseando-se no levantamento da situação técnica dos equipamentos, a Contratada deverá dimensionar a equipe de técnicos, ferramentas, materiais e peças de reposição.

2.20.5. A presente Contratação prevê manutenções corretivas e total fornecimento de peças, partes, sistemas e acessórios dos equipamentos. No entanto, é obrigatório e fundamental a apresentação e aprovação de prévio orçamento para início da execução dos serviços de manutenção corretiva e troca de peças.

2.20.6. Ocorrendo demanda para manutenção corretiva e reposição de peças, a Contratada submeterá orçamento detalhado para apreciação e aprovação pela Equipe de Fiscalização do Contrato, desde que vantajoso para o HUGG-Unirio/EBSERH.

2.20.7. Havendo necessidade para comprovação do preço enviado pela Contratada, a análise do custo de peças de reposição será feita pela fiscalização do contrato através do procedimento previsto no art. 28 do RCC 3.0 ou, ante sua impossibilidade, por meio de três orçamentos estimativos.

2.20.8. Os orçamentos apresentados pela Contratada deverão conter descrição dos serviços e peças a serem prestados e valores, viabilizando pesquisa de preço de mercado visando garantir que os preços ofertados pela Contratada representem a melhor opção para o HUGG-Unirio/EBSERH. Não sendo vantajoso para a CONTRATANTE, a contratada deverá:

- a) Ajustar o valor orçado ao valor obtido na pesquisa de preços da Contratante, ou
- b) Adquirir as peças do fornecedor que ofertou o melhor preço segundo a pesquisa de preços efetuada pela Contratante.

2.20.9. A Contratante se reserva o direito de não aprovar os orçamentos apresentados pela Contratada e não autorizar a execução dos serviços propostos.

2.20.10. Com objetivo de garantir a continuidade da prestação de serviços, evitando assim a ocorrência de paralisação dos elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas, quando solicitado pela fiscalização do contrato, a Contratada deverá realizar todos os serviços e/ou trocas de peças e componentes que sejam necessários para restabelecimento pleno de funcionamento dos equipamentos, podendo a análise do orçamento ser efetuada posteriormente a execução dos serviços para fins de medição.

2.21. REPOSIÇÃO DE PEÇAS

2.21.1. Quando houver a necessidade de **manutenção corretiva com reposição de peças e partes** a Contratada deverá **apresentar, via e-mail, com a devida justificativa técnica, orçamento com base no art. 28 do RCC 3.0 ou**, ante sua impossibilidade, por meio de três orçamentos estimativos, com os respectivos custos unitários, totais e especificações técnicas, as quais serão executados mediante aprovação oficial pela fiscalização da Contratante.

2.21.2. Quando houver a necessidade de reposição de peças, acessórios, e outros itens de pequena monta, bem como materiais utilizados para limpeza e conservação dos equipamentos e casas de máquinas, **para execução da manutenção preventiva e disponibilidade de estoque mínimo**, a Contratada apresentará orçamento, com custos totais e detalhados, que só serão executados mediante aprovação oficial pela Contratante.

2.21.3. Os valores referentes à substituição de peças, depois de avaliados e aprovados, serão cobrados adicionalmente aos valores mensais fixos do contrato, acrescidos de BDI de fornecimento de materiais, estabelecido pela empresa Contratada em sua proposta, e conforme disposto no Acórdão nº2.622/2013 - TCU - Plenário, Anexo XIV Acórdão TCU - BDI (57573882).

2.21.3.1. É admissível a adoção de percentuais distintos do quartil médio do BDI, considerando os limites do primeiro e do terceiro quartil, nos casos em que for apresentada justificativa técnica para cada elemento do BDI, considerando eventuais dificuldades específicas do objeto contratado que devem ser categoricamente demonstradas.

2.21.3.2. O valor percentual do BDI para substituição de peças deverá ser reduzido ou excluído, conforme o caso, quando verificado que os preços relativos à execução de serviços especializados ou relativos à aplicação de peças já embutem um ou mais custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais.

2.21.4. As peças utilizadas deverão conter as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original.

2.21.5. Sempre que a Contratada necessite encomendar peças dentro do território nacional, terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentá-las e instalá-las no equipamento defeituoso.

2.21.6. Sempre que a Contratada necessite importar peças, terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentá-las e instalá-las no equipamento defeituoso.

2.21.7. Todas as peças consertadas ou substituídas nas manutenções serão garantidas pela Contratada pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

2.21.8. Caso trata-se de peças de difícil reposição no mercado devido a obsolescência dos elevadores, os prazos mencionados nos itens 2.21.5. e 2.21.6. poderão ser postergados mediante justificativa da Contratada.

2.21.9. Diagnosticadas as falhas e/ou defeitos e verificada a necessidade de reposição de quaisquer partes e/ou peças dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação ou desgastes normais e que não sejam passíveis de serem reparadas no local, a Contratada deverá providenciar a sua reposição de forma definitiva ou temporária de forma a restabelecer de imediato a operacionalidade dos equipamentos.

2.21.10. As partes e/ou peças que forem substituídas em caráter definitivo, só poderão sê-las por outra peça nova, com igual garantia, de acordo com as recomendações do fabricante.

2.21.11. As partes e/ou peças defeituosas que forem substituídas em caráter temporário serão reparadas pela Contratada, sendo reinstaladas após reparo de modo a manter as características originais dos equipamentos.

2.21.12. Deverá ser apresentado nota fiscal referente a aquisição de peças novas ou execução de serviços de reparo ou recuperação.

2.21.13. As peças defeituosas que foram substituídas, deverão ser entregues ao Setor de Infraestrutura Física do HUGG-Unirio/EBSERH.

2.21.14. A instalação de partes e peças novas utilizadas nas substituições em caráter definitivo, das usadas nas substituições em caráter temporário, bem como o reparo e recuperação dessas peças, deverão estar cobertas por este Contrato, não cabendo nenhum ônus adicional ao Contratante.

2.21.15. **Não deverão ser utilizadas peças remanufaturadas, reutilizadas, ou com marcas de uso, em nenhuma hipótese.**

2.22. PRAZOS PARA ATENDIMENTO AOS CHAMADOS

2.22.1. Como regra, a Contratada deverá fazer o atendimento da prestação dos serviços no prazo estimado após a solicitação para a manutenção corretiva.

2.22.2. Os **Chamados de Manutenção Corretiva de Urgência** englobam situações emergenciais tais como acidentes, pessoas presas, abertura de portas com cabines desnivelada em relação aos pavimentos, dentre outras situações que coloquem em risco a segurança dos usuários dos elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas.

2.22.3. O tempo máximo para atendimento aos Chamados de Manutenção Corretiva de Urgência serão estabelecidos conforme o quadro a seguir:

Tempo máximo para Atendimento a Manutenções Corretivas de Urgência sem resgate de passageiros
Em até 2 (duas) horas

2.22.4. Após a efetuação do chamado, em caso de manutenção **com resgate de passageiros**, a CONTRATADA deverá concluir o **resgate** de passageiros no tempo máximo da tabela a seguir:

Tempo máximo para Atendimento a Manutenções Corretivas de Urgência com resgate de passageiros
Em até 40 (quarenta) minutos

2.22.4.1. Os atrasos decorrentes de situações não programadas serão avaliados caso a caso pela contratante. Após análise, poderão ser aplicadas sanções conforme previsto nas normas contratuais e legais vigentes.

2.22.5. A CONTRATADA deve treinar sempre que solicitada, colaboradores da manutenção e segurança do HUGG-Unirio/EBSERH, para efetuar resgates emergenciais de passageiros, para situações de extrema urgência.

2.22.6. A CONTRATADA deve fornecer ao funcionário, celular com plano de dados para a comunicação via ligações ou mensagens por aplicativo.

2.23. ROTEIRO COM PARÂMETROS E ORIENTAÇÕES PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS

2.23.1. O roteiro de manutenções constitui orientações mínimas a serem seguidas durante as inspeções e manutenções realizadas pela contratada, entretanto não se trata de um rol exaustivo e imutável, devendo a contratada adicionar outros itens de inspeções e manutenções que julgar necessário para adequada prestação dos serviços, com base nos manuais dos fabricantes, legislações, normas e resoluções brasileiras vigentes aplicadas a cada elevador e plataforma de elevação/monta-carga.

2.23.2. O roteiro de manutenções poderá ser revisado sempre que necessário e solicitado pela CONTRATANTE;

2.23.3. Os serviços de manutenção deverão ser executados, preferencialmente e sempre que possível, nos locais onde os equipamentos se encontram instalados.

2.23.4. Cabine / Pavimento – Inspeccionar, reparar, ajustar ou mesmo substituir caso necessário:

- Integridade e funcionamento das botoeiras de cabine e pavimento;
- Integridade e funcionamento dos indicadores visuais e sonoros de pavimento;
- Funcionamento de: painel de operação, indicadores luminosos de aproximação/posição (interno e externo), luminárias internas; ventiladores (se houver);
- Integridade do revestimento (piso da cabine, parede e teto);
- Integridade dos fechos Eletromecânicos e hidráulicos;
- Analisar a partida, aceleração, parada e nivelamento, com objetivo de evitar solavancos, garantindo um funcionamento suave;
- Existência de folgas, vibrações e/ou ruídos anormais;
- Simultaneidade da abertura das portas da cabine com as do pavimento;
- Integridade do operador, lubrificação de guias, roldanas e suportes das portas;
- Regular abertura e fechamento das portas, para que as mesmas trabalhem suavemente;
- Existência de mossas, empenos ou soldas rompidas (execução de reparos, quando necessários);
- Funcionamento do dispositivo de abertura manual das portas e do dispositivo mecânico de acionamento de emergência;
- Funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com a porta aberta e sua abertura com o carro em movimento;
- Funcionamento do telefone/ intercomunicador e luminária de emergência (se houver);
- Efetuar a limpeza de componentes e dispositivos da cabine visando o bom funcionamento do equipamento (soleiras, ventilador – se houver, etc.);
- Estrutura e pontos de corrosão;
- Componentes mecânicos / eletrônicos localizados no topo da cabine;
- Iluminação de cabine;
- Estética da cabine em condições ideais de utilização e zelo;
- Executar outros serviços que fizerem necessários para o bom funcionamento do equipamento.

- 2.23.5. Casa de Máquinas - Inspeccionar, reparar, ajustar ou mesmo substituir caso necessário:
- a) Temporizadores, relês, chaves, disjuntores, banco de baterias (se houver);
 - b) Limpar todos os componentes do painel de comando, inclusive coolers e inversores de frequência (se houver);
 - c) Sistema de redução (polias, engrenagem, rolamentos, etc..);
 - d) Máquina de tração (estator, rolamentos, buchas, retentores, acoplamento, conectores, calços de isolamento e lubrificantes) e sistemas de resfriamento;
 - e) Funcionamento do limitador de velocidade (lubrificar caso necessário);
 - f) Executar ensaio de funcionamento do freio de emergência (mínimo 1 vez ao ano);
 - g) Desgaste do conjunto polia de tração;
 - h) Tirantes e cabos de tração / cintas;
 - i) Corrigir pontos de corrosão;
 - j) Estado geral da casa de máquinas: infiltrações e vazamentos (advertir ao Contratante para que o problema possa ser sanado);
 - k) Efetuar a limpeza dos equipamentos e da casa de máquinas;
 - l) Executar outros serviços que fizerem necessários para o bom funcionamento do equipamento.
- 2.23.6. Caixa de Corrida - Inspeccionar, reparar, ajustar ou mesmo substituir caso necessário:
- a) Estado e fixação das guias da cabina e contrapeso;
 - b) Lubrificar as guias da cabina e contrapeso;
 - c) Conjunto contrapeso;
 - d) Cabo de aço, observando se há pontos de desgaste ou rompimentos (substituir conforme periodicidade ou necessidade);
 - e) Freio: lonas, sapatas, pinos, articulações, buchas, núcleo, bobina, molas, polia, anéis de regulação;
 - f) Integridade dos cabos de força/comando/telecom, que conectam a cabine com o quadro de comando localizado na casa de máquinas;
 - g) Fins de curso superior e inferior;
 - h) Iluminação da caixa de corrida (substituir lâmpadas se necessário)
 - i) Corrigir pontos de corrosão;
 - j) Executar outros serviços que fizerem necessários para o bom funcionamento do equipamento.
- 2.23.7. Poço - Inspeccionar, reparar, ajustar ou mesmo substituir caso necessário:
- a) Limites inferiores, para-choques, freios de segurança;
 - b) Verificar a existência de infiltrações e advertir, formalmente, a Contratante para correção do problema;
 - c) Polia esticadora secundária;
 - d) Cabos de tração do regulador, de compensação e de manobra correções das guias ou roldanas dos cursores, chaves de parada e de fim de curso, rampas, sensores eletrônicos, tensor do regulador, aparelho de segurança, pára-choques, operador de portas, suspensão da porta, sinalização e botões de cabine;
 - e) Corrigir pontos de corrosão;
 - f) Efetuar a limpeza geral do piso;
 - g) Executar outros serviços que fizerem necessários para o bom funcionamento do equipamento.
- 2.23.8. Equipamentos Hidráulicos - Inspeccionar, reparar, ajustar ou mesmo substituir caso necessário:
- a) Verificar nível de óleo nos reservatórios;
 - b) Verificar vazamento de óleo em pistões;
 - c) Verificar sincronização em pistões telescópicos;
 - d) Verificar painéis de comando;
 - e) Verificar operação de válvula de queda;
 - f) Verificar operação de válvula de retenção;
 - g) Verificar operação de válvula limitadora de pressão;
 - h) Verificar operação de válvula de descida manual;
 - i) Verificar operação de bomba manual;
 - j) Verificar aspecto geral e existência de vazamentos em tubulações e mangueiras;
 - k) Executar outros serviços que fizerem necessários para o bom funcionamento do equipamento.

2.24. **RELATÓRIOS E LAUDOS TÉCNICOS**

2.24.1. Todas as atividades de manutenção deverão ser realizadas conforme os manuais dos fabricantes, legislações, normas e resoluções brasileiras vigentes aplicadas a cada equipamento de transporte vertical pertencente ao objeto da contratação.

2.24.2. Deverão ser apresentados relatórios de frequência mínima mensal com o detalhamento de todas as atividades de manutenção executadas (IPs, MPs e MCs), os quais devem informar dentre outros: os sistemas, peças e itens inspecionados e seus estados de conservação; substituições, ajustes e regulagens realizados; e fundamentação das substituições ou previsão de necessidade de substituição dos itens avaliados.

2.24.3. Deverá ser emitido laudo, decorrente das inspeções preventivas, atestando o estado de conservação e uso dos

equipamentos, bem como recomendações para realização de manutenções programadas e/ou corretivas.

2.24.4. Os relatórios e laudos técnicos deverão ser assinados por responsável técnico devidamente habilitado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

2.24.5. Deverá ser elaborado e mantido diário de ocorrência para todas as demandas corretivas e chamados técnicos atendidos, com pelo menos as seguintes informações:

- a) Identificação do elevador ou plataforma de elevação;
- b) Profissionais envolvidos;
- c) Horário da Ocorrência;
- d) Data e horário de início e término do serviço;
- e) Tempo de paralisação;
- f) Relato da Demanda;
- g) Solução da demanda;
- h) Serviço com troca de Peças ou sem troca de peças, citar em caso de troca, as peças trocadas com informações de modelo, número de série (se houver) etc.;
- i) Informação se havia passageiro(s) preso(s);
- j) Horário de finalização da ocorrência;
- k) Campo para demais observações;
- l) Informações essenciais da empresa, seguindo formatação padronizada, com o logotipo da empresa prestadora etc.;
- m) Assinatura do Técnico.

2.25. **UNIFORME:**

- a) 01 (uma) jaqueta adequada para o frio;
- b) 02 (duas) blusas de lã ou similar;
- c) 02 (duas) camisas de manga longa;
- d) 02 (duas) camisas de manga curta;
- e) 02 (duas) calças em brim profissional;
- f) 01 (um) par de sapatos de segurança;
- g) 01 (um) crachá de identificação com foto;

2.25.1. As peças superiores do vestuário devem ter a logomarca da contratada.

2.25.2. As peças devem ser substituídas anualmente ou caso apresentem desgaste.

2.26. **EPI'S:**

- a) 01 Capacete ao ano ou se apresentar desgaste;
- b) 01 Óculos de proteção lente incolor a cada 02 meses ou se apresentar desgaste;
- c) 01 Luvas para proteção das mãos contra choques elétricos, mensalmente ou se apresentar desgaste;
- d) 01 Luvas para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes, mensalmente ou se apresentar desgaste;
- e) 01 Protetor auricular sempre que solicitado pelo funcionário;

2.26.1. Os EPIs fornecidos e utilizados devem estar sempre em boas condições de uso, devendo ser imediatamente substituídos nos casos de desgaste excessivo, quebra, entre outras avarias que comprometam suas funções.

2.26.2. A contratada deverá fornecer todas as ferramentas necessárias para execução das atividades, **inclusive celular para atendimento das solicitações emergenciais.**

2.27. **PLANTÃO 24h**

2.27.1. A contratada deverá manter plantão 24h para atendimento a chamados técnicos, de modo a atender a todas as demandas, independentemente do dia e horário em que ocorram.

2.27.2. A Equipe de plantão 24h, poderá ser acionada 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados, visando a normalização de funcionamento dos elevadores e plataformas/monta-cargas e garantindo atendimento após os chamados, conforme prazos estabelecidos.

2.27.3. Ressalta-se que a execução dos serviços pela equipe de plantão 24h deverá ser comunicada com antecedência à fiscalização.

2.28. **ENSAIOS DE SEGURANÇA**

2.28.1. A contratada deverá realizar ensaios de segurança no prazo de 30 dias após a assinatura do contrato e de forma anual a contar do primeiro ensaio.

2.28.2. Os ensaios de segurança deverão ser realizados anualmente e em conformidade com normas e regulamentos vigentes.

2.28.3. Os ensaios de segurança deverão abranger no mínimo os seguintes testes:

- I - **Teste de frenagem:** Avaliação da eficácia do sistema de freios em condições normais e de emergência.
- II - **Teste de dispositivos de segurança:** Verificação do funcionamento de limitadores de velocidade, para-choques, sistemas de bloqueio e outras proteções.
- III - **Teste de carga:** Simulação de cargas nominal e sobrecarga para avaliar o desempenho do elevador.

IV - **Inspeção do sistema elétrico:** Verificação da conformidade dos componentes elétricos com as normas de segurança.

V - **Avaliação de ruídos e vibrações:** Medição de níveis de ruído e vibração para assegurar que estejam dentro dos limites estabelecidos.

2.28.4. Os ensaios de segurança devem ser acompanhados pelo responsável técnico da empresa.

2.28.5. A contratada deverá fornecer, para cada elevador, o **Relatório de Inspeção Anual - RIA** com detalhamento dos ensaios realizados, contendo:

I - Descrição dos métodos e procedimentos utilizados.

II - Resultados dos ensaios, com medições e registros fotográficos.

III - Análise técnica dos resultados, destacando conformidades e não conformidades.

IV - Recomendações de ações corretivas, se necessário.

V - Certificados de conformidade, quando aplicável.

2.28.6. A empresa contratada será responsável por:

I - Cumprir com todas as normas de segurança e regulamentações vigentes durante a execução dos ensaios.

II - Assegurar que os ensaios sejam realizados por profissionais devidamente capacitados e habilitados.

III - Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à sua equipe.

IV - Garantir a integridade e segurança dos elevadores durante e após a realização dos ensaios.

2.29. ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

2.29.1. **ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS ELEVADORES:** compatibilizar os equipamentos com o mercado atual, eliminando os transtornos causados pela falta de reposição de peças e componentes que os equipamentos atuais apresentam. Além de diminuir os gastos e transtornos com falhas excessivas. Também espera-se, adequar os equipamentos, as casas de máquinas, as caixas e os poços à legislação vigente.

2.29.2. O serviço de atualização tecnológica dos 04 (quatro) elevadores do prédio principal do HUGG-Unirio/EBSERH é um custo fixo inicial do contrato, tornando-se um custo não renovável caso haja uma prorrogação contratual. Caso a reforma se estenda para mais de um ano de serviço, será considerado na possível renovação do contrato somente o saldo remanescente para finalização do serviço de atualização tecnológica no termo aditivo.

2.29.3. A Contratada terá 15 dias corridos para enviar o cronograma de realização do serviço de atualização tecnológica para aprovação da Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) a partir do recebimento da Ordem de Serviço, tendo por base o cronograma disposto no Anexo II Escopo Modernização (SEI nº 57528630).

2.29.4. Após a realização de cada atualização tecnológica, o elevador deverá entrar em teste de funcionamento a ser realizado pela Contratada e acompanhado pela EFC pelo período mínimo de 5 dias úteis a fim de se realizar ajustes iniciais para o adequado funcionamento do mesmo.

2.29.5. Finalizado o período de testes e constatando-se que o elevador modernizado continua a apresentar falhas, será repetido o período de testes quantas vezes forem necessárias até que todas as falhas sejam sanadas e o elevador apresente funcionamento adequado.

2.29.6. Após a aprovação da Contratada para liberação do elevador modernizado para o uso coletivo, deverá ser realizado um relatório técnico pela Contratada com todas as modificações técnicas realizadas no elevador e entregue à EFC.

2.29.7. Com a aprovação dos 04 (quatro) elevadores modernizados pela EFC e após análise dos relatórios técnicos enviados pela Contratada, será realizado o recebimento provisório através do termo de recebimento provisório. A EFC terá 10 dias úteis para realização do termo de recebimento provisório após a aprovação do último elevador modernizado e deverá informar a gestão do contrato para a realização do termo de recebimento definitivo. A gestão do contrato terá 10 dias úteis para providenciar o termo de recebimento definitivo dos serviços de modernização dos elevadores.

2.29.8. Constatando-se pendências que ainda precisem ser sanadas após a realização do termo de recebimento provisório, a EFC estabelecerá um prazo para solução de todas as pendências que serão registradas no termo de recebimento provisório, desde que não impeçam o bom funcionamento do elevador.

2.29.9. A Contratada deverá sanar todas as pendências registradas no item 2.29.8. antes da gestão do contrato realizar o termo de recebimento definitivo que terá seu prazo de finalização alterado para 10 dias úteis após a finalização de todas as pendências registradas no termo de recebimento provisório, sob pena de sansão administrativa.

2.29.10. Somente será considerado aceito o serviço de atualização tecnológica dos elevadores após aprovação da EFC, juntamente com a comprovação através do termo de recebimento definitivo.

2.29.11. Após a finalização do termo de recebimento definitivo, poderá ser liberado o pagamento do item 2 deste objeto juntamente com a medição dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do mês em que o termo de recebimento definitivo foi assinado.

3. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

3.1. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** a Administração direta ou indireta da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.

3.2. **ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO (APR):** Técnica de avaliação prévia dos riscos envolvidos em cada etapa de um determinado trabalho/atividade.

3.3. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** consiste no planejamento de trabalhos continuados visando a melhoria no desempenho e operação dos equipamentos e sistemas compreendendo ainda as respectivas manutenções.

3.4. **COMPONENTE:** engenho essencial ao funcionamento de uma atividade mecânica, elétrica ou de outra natureza física, que, conjugado com outro(s), cria(m) o potencial de realizar um trabalho. Exemplos: um motor a explosão, um motor elétrico, uma caixa de

transmissão, um redutor, um teclado de computador etc.

- 3.5. CONTRATADA: empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual foi assinado o contrato.
- 3.6. CONTRATANTE: órgão que contrata a execução dos serviços.
- 3.7. DEFEITO: é a ocorrência que não impede o funcionamento do equipamento ou sistema afetado, todavia, pode a curto ou longo prazo, acarretar a sua indisponibilidade.
- 3.8. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs): todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- 3.9. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPCs): todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- 3.10. EBSERH: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- 3.11. FALHA: anormalidade num equipamento ou sistema com interrupção da capacidade de desempenhar sua função.
- 3.12. FERRAMENTAS DE MANUTENÇÃO: equipamentos que permitem a execução dos serviços (ferramentas, instrumentos e dispositivos), fornecidos pela CONTRATADA.
- 3.13. FISCALIZAÇÃO: equipe compreendendo Fiscal(is) Técnico(s) e Gestor do Contrato da CONTRATANTE.
- 3.14. FUNÇÃO DE UM EQUIPAMENTO: Atividade fim ou atividade principal para a qual existe o sistema.
- 3.15. HUGG: Hospital Universitário Gaffrée e Guinle.
- 3.16. MANUTENÇÃO: conjunto de atividades que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.
- 3.17. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: A manutenção preventiva consiste em efetuar verificações, inspeções, medições, testes preventivos e ensaios nos sistemas, instalações e equipamentos em geral e, se necessário, ações para eliminar os desvios de funcionamento encontrados. A manutenção preventiva evita a ocorrência de defeitos nos componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em estado de funcionamento.
- 3.18. MANUTENÇÃO CORRETIVA: a manutenção corretiva consiste nos serviços para corrigir as causas e efeitos de ocorrências constatadas nos sistemas, equipamentos e instalações. A manutenção corretiva restabelece os componentes dos sistemas às condições de funcionamento, eliminando defeitos e falhas. Como diretrizes para a manutenção corretiva, tem-se: a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como a substituição de peças, dispositivos, componentes, acessórios e qualquer tipo de material que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos.
- 3.19. PEÇAS/DISPOSITIVOS/COMPONENTES/ACESSÓRIOS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO): peças/dispositivos/componentes/acessórios/materiais de uso contínuo, necessários à limpeza, conservação e/ou manutenções/repares nos equipamentos e sistemas. Também abrange os materiais de consumo, que são os materiais que se consomem na primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços cujo uso importa destruição imediata da própria substância. Tais peças/dispositivos/componentes/acessórios/materiais deverão ser fornecidas pela CONTRATADA.
- 3.20. PEÇA: É a parte substituível do equipamento, essencial para o funcionamento do equipamento.
- 3.21. SERVIÇOS ESPECÍFICOS: serviços mais complexos que não fazem parte da manutenção comum e rotineira da subestação e geradores. Esses serviços não estão inclusos na proposta da CONTRATADA e, caso haja necessidade da realização do(s) mesmo(s), a CONTRATADA deverá apresentar proposta a parte para realizá-lo(s).
- 3.22. PLANO DE MANUTENÇÃO (PM): é o planejamento e detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.
- 3.23. SISTEMA: conjunto de equipamentos, periféricos, acessórios, elementos, materiais ou componentes, ligados fisicamente ou não, os quais, utilizando seu desempenho individual, contribuem para uma mesma função.
- 3.24. USOST: Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho.
- 3.25. SMS: Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

4. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. De acordo com os estudos técnicos preliminares, a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva juntamente com os serviços de modernização encontra sua justificativa essencial para a continuidade dos serviços prestados, uma vez que a locomoção dentro do ambiente hospitalar é imprescindível para a prestação dos serviços, viabilizando o transporte vertical de funcionários, pacientes, acompanhantes, materiais e demandas cirúrgicas. Visando suprir os atendimentos aos usuários da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Filial Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, com o intuito de manter o pleno funcionamento de suas atividades e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos nossos usuários.
- 4.2. Este processo tem como objetivo a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas e modernização dos 04 (quatro) elevadores do prédio principal do HUGG-Unirio/EBSERH.
- 4.3. O contrato de manutenção permitirá que os equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas) sejam mantidos limpos, lubrificados e em bom estado de funcionamento e segurança, garantindo os serviços preventivos e corretivos com cobertura parcial de peças. É requisito do presente contrato a presença de atendimento em regime de plantão 24h. A ausência desse serviço pode resultar em pessoas presas nos equipamentos por longos períodos, situação que pode agravar dependendo do estado do passageiro que se encontra nos elevadores.
- 4.4. Portanto, a manutenção corretiva e preventiva do objeto da contratação é fundamental para garantir o pleno funcionamento do hospital, uma vez que a ausência desta cobertura pode comprometer a segurança de seus usuários, integridade dos bens transportados e/ou impossibilitar o acesso dos mesmos aos destinos pretendidos, impactando negativamente na prestação dos serviços fornecidos pelo hospital.

4.5. É extremamente necessário que a manutenção desses equipamentos seja feita de forma efetiva, com eficácia e eficiência, aplicando as melhores práticas e normas específicas a fim de resguardar os equipamentos e a integridade física dos servidores e usuários dos elevadores e plataformas de elevação.

4.6. Com a modernização dos 04 (quatro) elevadores do prédio principal do HUGG-Unirio/EBSERH será possível melhorar o índice de disponibilidade destes equipamentos com a melhor satisfação dos usuários, visto que, segundo relatos de colaboradores mais antigos do hospital, esses elevadores datam dos anos 1970/1980, o que confere um tempo de uso estimado entre 40 e 50 anos, que somados ao atual estado de conservação tanto elétrica, eletrônica e mecânica, oriundos de uma manutenção ineficaz realizada no decorrer da maior parte desse período, faz com que estes elevadores sejam considerados obsoletos, com peças de reposição de difícil obtenção junto ao mercado, operando fora de seu período de vida útil e, também, sem atender às normas técnicas vigentes, tendo assim um nível de manutenibilidade e confiabilidade muito baixo.

4.7. Considerando que o objeto da contratação não se encontra previsto nas atribuições dos profissionais integrantes do Plano de Cargos e Salários da EBSERH, o que permite a sua execução indireta, na forma do artigo 4º do decreto nº 9.507/2018 e que a manutenção dos elevadores e plataformas de elevação necessita de mão de obra especializada e o Serviço de Infraestrutura não possui os meios necessários à manutenção desses equipamentos, faz-se necessária a contratação externa.

4.8. A contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico da instituição, visto que o serviço realizado pelos equipamentos de transporte vertical é essencial para o deslocamento de pacientes, profissionais e usuários deste nosocômio.

4.9. Os bens e serviços desta licitação estão intrinsecamente relacionados. O fornecimento de tais itens por mais de uma empresa acarretaria elevado custo de administração e uma complexa rede de coordenação de diversos contratos com o mesmo objeto. Do ponto de vista técnico, torna-se inviável o agendamento, acompanhamento e controle da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e os serviços de modernização de várias contratadas, visto que com o modelo em grupo todos esses serviços são realizados uma única vez por uma única empresa, justificando a impossibilidade de parcelamento da solução e, também, devido à Lei Municipal nº 2.743, de 07 de janeiro de 1999, bem como os pareceres contidos em "Mensagem Resposta GEM (SEI nº 53593669)" e "Parecer - SEI 111 (SEI nº 56104724)" é necessário realizar a contratação da mesma empresa tanto para os serviços de manutenção quanto para os serviços de modernização dos elevadores. Além disso, não se pode permitir intervenções de mais de uma prestadora de serviços em um mesmo elevador, pois acarretariam em responsabilidades mútua das empresas, podendo causar conflitos de responsabilização técnica em caso de ocorrências mais graves.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A presente contratação abrange a prestação de serviços especializados e contínuos para manutenção preventiva e corretiva dos 08 (oito) elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas, juntamente com os serviços de atualização tecnológica dos 04 (quatro) elevadores do prédio principal do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para prover a continuidade dos serviços públicos no que tange a prestação da assistência em saúde.

5.2. A inclusão de manutenção preventiva tem por objetivo a redução da probabilidade de ocorrências de falhas por desgaste, envelhecimento, defeito de fabricação, desajuste, entre outros, de componentes, peças, sistemas ou conjunto de equipamento objeto da contratação. Enquanto as manutenções corretivas tem por objetivo corrigir falhas dos equipamentos que venham a ocorrer, de modo a restabelecer o adequado funcionamento dos elevadores e plataformas de elevação.

5.3. Os serviços de atualização tecnológica tem por objetivo compatibilizar os equipamentos com o mercado atual, eliminando os transtornos causados pela falta de reposição de peças e componentes que os equipamentos atuais apresentam. Além de diminuir os gastos e transtornos com falhas excessivas. Também espera-se, adequar os equipamentos, as casas de máquinas, as caixas e os poços à legislação vigente.

5.4. Também foi estabelecido como requisito da presente contratação o atendimento em regime de plantão 24h. Essa definição tem por objetivo reduzir o tempo de atendimento a chamados, em especial, os chamados de urgência nos quais passageiros podem ficar presos dentro dos equipamentos, situação que pode se agravar dependendo do estado do passageiro que se encontre nos elevadores.

5.5. Deverá ser contratada empresa especializada em Reforma, Montagem e Manutenção de elevadores. Os serviços de manutenção serão prestados continuamente, enquanto as Atualizações Tecnológicas serão executadas, conforme cronograma presente no Anexo II Escopo Modernização (SEI nº 57528630).

5.6. Todos os serviços de manutenção, bem como de atualização tecnológica serão de responsabilidade total da CONTRATADA.

5.7. Serão permitidas Subcontratações para a execução de alguns serviços, como por exemplo as adequações civis e elétricas. Estas subcontratações serão melhor definidas neste Termo de Referência.

5.8. A fiscalização será realizada com a utilização de Instrumento de Medição de Resultado, que utiliza indicadores nas medições, com aplicação de glosas em caso de não cumprimento de metas. Esse instrumento também será melhor definido neste Termo de Referência.

5.9. A seleção das empresas se dará por meio de Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inciso IV, do Regulamento de Compras e Contratos da EBSERH (RCC 3.0), com formalização de Contrato após a homologação do certame, com vigência de 12 (doze) meses.

5.10. Será adotado o regime de execução de empreitada por preço unitário, sendo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER/CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Único	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e plataformas/monta-cargas do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HUGG-Unirio/EBSERH), sem dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo fornecimento de materiais e peças de reposição sob demanda.	3557	MÊS	12
	2	Serviços de atualização tecnológica (modernização) dos 04 (quatro) elevadores de passageiros do prédio principal do HUGG-Unirio/EBSERH.	3557	UN	04

5.10.1. O preço global será a soma dos serviços de manutenção e faturamento de peças com os serviços de modernização,

seguem abaixo:

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Forma de Execução
Serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, em regime de plantão 24h, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para os 08 (oito) elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas do HUGG-Unirio/EBSERH.	Por preço unitário (mensal)
Faturamento de peças, dispositivos, componentes, acessórios e materiais de reposição.	Por preço unitário (Sob demanda)
Serviços de atualização tecnológica (modernização) dos 04 (quatro) elevadores de passageiros do prédio principal do HUGG-Unirio/EBSERH.	Por preço unitário conforme cronograma

5.11. **Como critério de julgamento será adotado menor preço global.**

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A presente contratação visa a manutenção dos equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas), bem como a modernização dos 04 (quatro) elevadores do prédio principal, os quais são necessários ao pleno funcionamento das atividades assistenciais do HUGG-UNIRIO/EBSERH. A descrição completa dos requisitos da contratação se encontram nos Estudos Técnicos Preliminares.

6.2. A vigência será de 01 ano, a partir da data de assinatura do contrato, prorrogáveis por até 5 (cinco) anos, conforme art. 188 do RCC 3.0 da EBSERH.

6.3. A empresa contratada deverá:

- Realizar manutenções preventivas e manutenções corretivas;
- Estar apta a realizar atendimentos emergenciais 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Ter quantitativo de funcionários suficiente e com qualificação técnica adequada para atender todas as demandas de manutenções preventivas e corretivas que venham a surgir durante a vigência do contrato;
- Demonstrar capacidade técnica, comprovando que já realizou manutenções em equipamentos de transporte vertical similares por um período mínimo de 12 meses;
- Ter um responsável técnico devidamente habilitado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);
- No âmbito das manutenções corretivas que envolvam troca de peças, deverá ser elaborado e fornecido relatório fotográfico evidenciando o serviço realizado.

6.3.1. Declaração nominal, conforme Anexo XI Modelo Declaração de Responsável Técnico (57573669), referente ao responsável técnico indicado para os serviços.

6.3.2. A comprovação da relação entre o responsável técnico indicado para os serviços e a licitante pode ser realizada através de:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social, devendo constar a licitante como contratante ou,
- Contrato de prestação de serviço referente ao objeto da contratação em questão ou,
- Contrato social, devendo constar o profissional como sócio da licitante;
- Declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

6.4. No ato da celebração do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

- Certidão de registro da pessoa jurídica no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com jurisdição em sua sede, válida na data da apresentação. As atividades descritas na certidão de registro deverão ser compatíveis com o objeto da contratação;
- Certidão de registro de pessoa física no CREA, em nome do profissional indicado como responsável técnico, com jurisdição em sua sede, válida na data da apresentação. As atribuições do profissional constantes na certidão de registro devem ser compatíveis com a responsabilidade técnica assumida pelo profissional.

7. DA PROPOSTA:

7.1. A licitante deverá apresentar proposta conforme modelo constante no Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686) contendo os seguintes itens:

- Dados da empresa, incluindo razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, dados bancários, representante legal;
- Proposta de preço a empresa deverá preencher a planilha da seguinte forma:

I - Para manutenções preventivas e corretivas sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento do objeto o qual consta no **item 1 do objeto da contratação (Manutenção preventiva e corretiva sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos moldes da instrução normativa nº05 de 2017)**, sendo que para este valor a empresa deve considerar os custos de mão de obra, encargos trabalhistas, salários, benefícios do empregado, bem como todos os custos relacionados a mão de obra, traslado para atendimento dos chamados, materiais, uniformes, etc. e todo o custo relacionado a execução das manutenções preventivas e corretivas, exceto o custo das peças de reposição que estão discriminadas no item III abaixo.

II - O modelo de planilha apresentado é de uso obrigatório, devendo ser preenchido de acordo com as normas legais e realidade da licitante. As células brancas devem ser preenchidas, enquanto as demais se alteradas devem ser justificadas.

III - Para o **Reembolso de peças, dispositivos, componentes, acessórios e materiais de reposição (SOB DEMANDA)**, o valor base SEM BDI é fixo, sendo R\$ 5.990,95, valor este que deve ser utilizado por todas as licitantes, podendo ser variado somente o valor do BDI conforme o Anexo XIV Acórdão TCU - BDI (57573882), observando o **limite mínimo e máximo definido**.

IV - Para o **item 2 do objeto da contratação (Serviços de atualização tecnológica (modernização) dos 04 (quatro) elevadores do prédio principal do HUGG-Unirio/EBSERH)**, a empresa deverá preencher o Anexo VIII

7.2. Preenchimento específico de planilha de custos e formação de preços do Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686) por parte dos futuros licitantes, conforme preconiza o dispositivos do item 6 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017:

7.2.1. Item 1:

7.2.1.1. Custo mensal e anual da parcela dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a partir do modelo de Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686).

7.2.2. Item 2:

7.2.2.1. Parcela do custo de peças, materiais de reposição e acessórios, podendo ser variado apenas o valor do BDI utilizado dentro dos limites do Anexo XIV Acórdão TCU - BDI (57573882), conforme Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686).

7.2.2.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI será aplicado sobre o valor base referente ao fornecimento de peças para as manutenções corretivas sob demanda, o qual deve ser informado pela licitante em sua proposta, conforme mencionado no item 7.1., observando o **limite mínimo e máximo definido**.

7.2.3. Item 3:

7.2.3.1. Valor fixo a ser utilizados por todas as licitantes relativo aos insumos nas manutenções preventivas.

7.2.4. Item 4

7.2.4.1. Custo por elevador e custo total do serviço de modernização conforme Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686).

7.3. O valor total da proposta do Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686) será a soma dos itens 1, 2, 3 e 4, sendo que o item 2 é o valor destinado a modernização dos elevadores que, após o término da modernização dos 04 (quatro) elevadores, não será renovado caso haja renovação contratual.

7.4. O modelo de planilha de custos e formação de preços, Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686), constituirá anexo do ato convocatório e deverá ser preenchido pelos proponentes para análise da exequibilidade.

7.5. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

7.6. Ressalta-se que o atendimento dos parâmetros mínimos e máximos do BDI, garante a continuidade da licitante no processo licitatório, sendo que valores inferiores ou superiores ao valor estabelecido no Anexo XIV Acórdão TCU - BDI (57573882), ensejam desclassificação, se não forem devidamente justificados e refletirem a realidade da empresa.

7.7. O disposto no item 7.6. será avaliado pela equipe de contratação, no que concerne as justificativas, decidindo acerca da continuidade da licitante, desde que faça a adequação do BDI, dentro dos parâmetros do Acórdão do TCU.

8. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os bens e serviços desta contratação estão intrinsecamente relacionados. O fornecimento de tais itens por mais de uma empresa acarretaria elevado custo de administração e uma complexa rede de coordenação de diversos contratos com o mesmo objeto. Do ponto de vista técnico, torna-se inviável o agendamento, acompanhamento e controle da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o de modernização, de várias contratadas, visto que com o modelo em grupo todos esses serviços são realizados uma única vez por uma única empresa.

8.2. As principais características dos equipamentos e suas localizações estão especificadas no Anexo III Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663) deste Termo de Referência.

8.3. Os serviços de atualização tecnológica consistirão na desmontagem e remoção dos componentes atualmente existentes, que deverão ser removidos para dar lugar ao novo sistema a ser instalado conforme descrição e especificação contidas nos Anexos I, II e III deste Termo de Referência.

8.4. Os serviços de manutenção deverão ser prestados para todos os equipamentos listado no Anexo III Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663), salvo orientação realizada pela fiscalização do contrato. A especificação dos serviços de manutenção está discriminada no item 2.23. deste Termo de Referência.

8.5. Os serviços de modernização serão executados e recebidos conforme cronograma apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, tendo como base o cronograma proposto no Anexo II Escopo Modernização (SEI nº 57528630).

8.6. Durante a execução dos serviços referentes aos objetos deste Termo de Referência, deverão ser cumpridas as prescrições da última edição das seguintes normas e/ou códigos, onde aplicáveis:

8.6.1. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

8.6.2. ABNT NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão de 30 de setembro de 2004;

8.6.3. ABNT NBR NM 207:1999 - Equipamentos elétricos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação;

8.6.4. ABNT NBR NM 313:2007 - Equipamentos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;

8.6.5. ABNT NBR 16042:2012 - Equipamentos elétricos de passageiros — Requisitos de segurança para construção e instalação de equipamentos sem casa de máquinas;

8.6.6. ABNT NBR 14712:2001 - Equipamentos elétricos - Equipamentos de carga, monta-cargas e equipamentos de maca - Requisitos de segurança para projeto, fabricação e instalação;

8.6.7. ABNT NBR NM 267:2002 Equipamentos hidráulicos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação;

8.6.8. ABNT NBR 15655-1:2009 - Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida Requisitos para

8.6.9. ABNT NBR 15597:2010 - Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores - Elevadores existentes - Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas de 01 de julho de 2010;

8.6.10. Lei Municipal nº 2.743, de 07 de janeiro de 1999 da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, bem como seus decretos;

8.6.11. Lei Federal nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Conforme previsto no art. 50, inciso II, alínea c da IN 05 2017 do MPOG, a empresa deverá emitir a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base nos critérios de medição e pagamento.

9.2. A gestão e fiscalização do Contrato, será exercida pela CONTRATANTE, através de gestor e fiscais a serem nomeados pela Gerência Administrativa do HUGG-Unirio/EBSERH através de portaria de pessoal, publicada no boletim interno conforme art. 210 do RCC 3.0.

9.3. Caberá a GESTÃO e FISCALIZAÇÃO observar o seguinte:

- a) Verificar a conformidade da prestação do serviço e assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
- b) Solicitar à CONTRATADA ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- c) Realizar uma reunião inicial, registrada em Ata, após a assinatura do Contrato, e reuniões periódicas com o preposto da CONTRATADA, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos pelo pessoal da CONTRATADA.
- d) Verificação dos materiais/EPIs empregados, quanto à origem e à qualidade, consoante condições do presente Termo.
- e) Reclamar à CONTRATADA ou a seu preposto a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios.
- f) Manter arquivada as correspondências trocadas com a CONTRATADA, nos autos do processo licitatório.
- g) Recomendar a CONTRATANTE a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo não atendimento ou descumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratuais.
- h) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.
- i) Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.
- j) Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no Artigo 46 da Instrução Normativa Nº 5, 26 de Maio de 2017.
- k) Observar as recomendações da CONTRATADA, concernentes às condições e uso correto dos equipamentos, divulgando orientações e fiscalizando procedimentos.
- l) A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais.
- m) A atuação da FISCALIZAÇÃO, em qualquer circunstância, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela boa execução dos serviços.

9.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 207 do RCC 3.0.

9.5. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões presenciais no HUGG-Unirio/EBSERH, reuniões remotas (vídeochamada/vídeoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

9.6. A verificação da adequada prestação dos serviços englobando as manutenções preventivas e corretivas com eventual aplicação de materiais e peças deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.7. A Equipe de Fiscalização do Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no RCC 3.0 da EBSERH.

9.9. A gestão e fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

9.10. A contratada deverá encaminhar a documentação relacionada no Anexo XVI POP-DGP-055 - USOST (57573955), devendo obedecer os prazos previstos, bem como as recomendações da USOST a fim de atender as normas vigentes de segurança do trabalho.

9.11. Ressalta-se que havendo necessidade de adequação ao fluxo de documentos, fica a equipe de fiscalização no direito de notificar a contratada a respeito de outras documentações não mencionadas anteriormente, devendo a contratada atender as solicitações.

9.12. Por fim, informamos que a nota fiscal deverá ser encaminhada pela contratada, após o envio de toda a documentação, imprimeiramente até o dia 20 de cada mês posterior ao mês de execução.

9.13. Cabe ressaltar que o envio dos documentos, preferencialmente, deverá ser feito antes do fim da data limite acima estabelecida. Caso seja feito fora do prazo estabelecido, implicará na abertura de processo para a apuração de irregularidade.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente realizados, até o 30ª (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.

10.2. Segundo a Instrução Normativa 05/2017, Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é um "mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento".

10.3. O valor a ser pago em cada nota fiscal poderá sofrer ajuste considerando os percentuais previstos no IMR caso a CONTRATADA não atenda aos requisitos previstos na contratação.

10.4. A aplicação do IMR nesta contratação visa considerar eventuais prejuízos à CONTRATANTE por conta de não atendimento aos indicadores de desempenho, qualidade e satisfação do usuário.

10.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, bem como não impede a aplicação de outras sanções cabíveis.

10.6. A glosa do contrato, caso aplicável de acordo com o IMR, será realizada após notificação prévia ao fornecedor, para que a CONTRATADA apresente justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade.

10.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

10.7.1. Não produziu os resultados acordados;

10.7.2. Deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

10.7.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.8. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

10.8.1. A Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, com data definida pela equipe de fiscalização;

10.8.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação citada acima, da seguinte forma:

10.8.3. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços;

10.8.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

10.8.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

10.8.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

10.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

10.11. A partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.11.1. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

10.11.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.11.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto, já descontadas as glosas caso apontadas pela equipe de fiscalização.

10.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (art. 214 do RCC 3.0).

10.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.14. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo setor competente da Contratante, através de crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

- 10.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.16. Previamente ao pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.
- 10.16.1. Serão efetuadas consultas ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 10.16.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, for igual período, a critério da contratante.
- 10.16.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.16.4. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.16.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.
- 10.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário previsto na Lei Complementar Nº 123 de 14 de Dezembro 2006.
- 10.19. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA.
- 10.19.1. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.
- 10.20. A EBSERH não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 10.21. As notas fiscais deverão ser emitidas para o CNPJ de número 15.126.437/0035-92, razão social EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, nome fantasia HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFRÉE E GUINLE DA UNIRIO.
- 10.22. Eventuais diferenças percebidas posteriormente ou detectadas ao longo da execução do contrato serão descontadas tão logo sejam encontradas, como glosa no valor da fatura vigente, sempre com demonstrativo do cálculo e apontamento das inadequações a serem corrigidas.
- 10.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo: obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 10.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades."
- 10.25. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.
- 10.26. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.
- 10.27. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.28. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 10.29. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 10.30. **Índice de Medição de Resultados (IMR)**
- 10.30.1. O IMR é um ajuste escrito entre o provedor de serviços e a CONTRATANTE que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;
- 10.30.2. A Equipe de Fiscalização do contrato (EFC) avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos sempre que a CONTRATADA não atingir os níveis de serviços estabelecidos.
- 10.30.3. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelos fiscais técnicos, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.30.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as

sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de referência.

10.30.5. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;

b) não configure descaracterização do objeto contratado.

10.30.6. Os pagamentos serão realizados em conformidade com a realização dos serviços efetivamente prestados, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal pela EFC, por intermédio de crédito em conta corrente.

10.30.7. O objetivo é definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução do contrato de prestação serviços de manutenção dos elevadores e plataformas.

10.30.8. A avaliação da Contratada se faz por meio da análise dos seguintes módulos:

a) Ocorrências tipo 01: Situações que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória;

b) Ocorrências tipo 02: Situações podem caracterizar interrupção na prestação do serviço e comprometer a rotina;

10.31. Sistema de Pontuação

10.31.1. As ocorrências serão registradas pela Contratante, que notificará a Contratada através de relatório, atribuindo pontos para as ocorrências segundo tabela abaixo:

Indicadores	Pontos
Ocorrências tipo 01 - Situações que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória: a) Deixar de cumprir normas internas de segurança, de acesso e permanência as dependências físicas da EBSEH (sede e filiais); b) Deixar de entregar relatórios junto ou antes da entrega da fatura de serviços (os relatórios de manutenção são essenciais para o controle e medição do serviço); c) Deixar de apresentar à Fiscalização Plano de Manutenção Preventiva; d) Deixar de apresentar à Fiscalização cronograma de execução do plano de manutenção, nos prazos estabelecidos; e) Não cumprir plano de manutenção e cronograma de execução do plano de manutenção, sem a devida justificativa; f) Não manter diário de ocorrências atualizado e contendo todas as informações previstas; g) Não qualificação/atendimento/postura - Qualificação e habilitação inadequada da mão de obra disponibilizada pela Contratada; Falta de Seleção e preparação dos funcionários que irão prestar os serviços; Má conduta dos empregados da Contratada; h) Execução de serviços sem equipamentos de proteção; uso de equipamentos de proteção inadequados ou deteriorados.	0,5 (por ocorrência)
Ocorrências tipo 02 - Situações que podem caracterizar interrupção na prestação do serviço e comprometer a rotina: a) Atraso não justificado na realização dos serviços; b) Execução de serviços de forma incompleta ou paliativa; c) Execução de serviços de manutenção em desobediência a normas técnicas, recomendações dos fabricantes ou orientações da fiscalização; d) Não executar as manutenções preventivas com periodicidade adequada; e) Dano a equipamentos por imprudência ou imperícia; f) Recusar-se a fornecer peças previstas em Termo de Referência; g) Atraso no atendimento aos chamados técnicos; h) Atraso na apresentação de orçamento para manutenções corretivas sob demanda, conforme prazo estabelecido; i) Assistência técnica e manutenção corretiva - Solução do problema não resolvido no prazo estabelecido, sem a devida justificativa; j) Insuficiência de mão de obra especializada, pessoal técnico e operacional para desenvolver todas as atividades previstas; k) Atrasos/ausência no cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada segundo o contrato.	1,0 (por ocorrência)

10.32. Faixa de Ajuste no Pagamento

10.33. A cada mês será apurado o somatório da pontuação decorrente dos registros de ocorrências até o presente momento. Essa soma servirá como base para que o Contratante aplique a glosa mensal, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma glosa, esta será aplicada em cima do valor apurado da fatura mensal.

Até 2 pontos	Sem aplicação de glosa;
De 3 a 8 pontos	Recebimento de 97% do valor da fatura de serviços (desconto de 3% do valor total da fatura);
De 9 a 13 pontos	Recebimento de 94% do valor da fatura de serviços (desconto de 6% do valor total da fatura);
De 14 a 18 pontos	Recebimento de 91% do valor da fatura de serviços (desconto de 9% do valor total da fatura);
Acima de 18 pontos	Recebimento de 90% do valor da fatura de serviços (desconto de 10% do valor total da fatura), além da obrigatoriedade de a Fiscalização do contrato solicitar penalidade contratual.

10.34. OBSERVAÇÕES

10.34.1. As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste IMR, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços;

10.34.2. A fiscalização monitorará o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

10.34.3. Em caso de prestação de serviços com menor nível de conformidade, será apresentado ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

10.34.4. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. As condições de participação na licitação são aquelas dispostas na minuta de edital.

11.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

11.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11.4. O serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores possui natureza continuada, uma vez que a prestação de serviço ininterrupta é imperiosa para o desenvolvimento habitual das atividades assistenciais, sob pena de prejuízo ao interesse público.

11.5. De acordo com a Lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014), e pesquisa de preços realizada, conforme processo SEI 23819.004290/2025-16, o objeto desse processo não será exclusivo para Microempresas e empresas de pequeno porte.

11.6. Regime de execução:

11.6.1. EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, de acordo com o inciso I do Art. 43 da Lei nº 13.303/2016. Justifica-se este regime de execução pela inerente imprecisão das quantidades a serem contratadas, visto que majoritariamente a contratação se dá pelos serviços de manutenção corretiva e preventiva.

11.7. Modo de disputa:

11.7.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

11.8. Intervalo entre lances:

11.8.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.

11.9. Critério de julgamento:

11.9.1. Será adotado como critério de julgamento o **menor preço global**;

11.10. Habilitação Técnica:

11.10.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

11.10.2. Registro no Órgão Municipal Competente, Gerência de Engenharia Mecânica - (GEM) RJ, nos ramos de instalação e conservação de elevadores, conforme preceitua a Lei nº 2.743, de 07/01/1999 - Instalação e Conservação de Aparelhos de Transporte no Município do Rio de Janeiro.

11.10.3. Habilitação técnico-operacional:

11.10.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho das atividades técnicas objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnico-operacional, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovada a prestação dos seguintes serviços relacionados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da contratação:

11.10.3.1.1. Manutenção de Elevadores e Plataformas de Elevação/monta-cargas, com quantitativo mínimo de 50% do total de itens dispostos no Anexo III Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663).

11.10.3.2. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, expondo dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se o direito do Agente de Licitações de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.

11.10.3.3. A habilitação técnico-operacional também poderá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo

11.10.3.4. Qualquer declaração falsa sujeitará o licitante às penalidades previstas no Regulamento de Compras e Contratos da EBSERH, assim como nas previstas na Lei n.º 13.303/2014.2.5.1, no Código Penal, no Código Civil e no Código da Defesa do Consumidor.

11.10.4. **Habilitação técnico-profissional:**

11.10.4.1. Apresentação, conforme Anexo XI Modelo Declaração de Responsável Técnico (57573669), do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

11.10.4.1.1. Para o Engenheiro Mecânico: serviços de manutenção em elevadores e plataformas de elevação/monta-cargas conforme o descritivo dos equipamentos presentes no Anexo III - Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663).

11.10.4.2. A comprovação do vínculo do responsável técnico se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:

11.10.4.2.1. Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante;

11.10.4.2.2. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;

11.10.4.2.3. Contrato de trabalho devidamente registrado no CREA/CAU/CRT/CRQ da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico; ou

11.10.4.2.4. Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.10.4.3. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

11.10.4.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.10.4.4.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.10.4.4.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.10.5. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.10.6. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;"

11.10.7. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;"

11.10.8. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.10.9. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

I - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

11.10.10. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.10.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Contratação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

11.11. **Habilitação jurídica**

11.11.1. Os critérios de habilitação jurídica são aqueles definidos no instrumento convocatório.

11.12. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

11.12.1. Os critérios de habilitação fiscal, social e trabalhista são aqueles definidos no instrumento convocatório.

11.13. **Qualificação Econômico-Financeira:**

11.13.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;

11.13.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

11.13.2.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência

Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses.

11.13.2.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.13.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12. ORÇAMENTO ESTIMADO

12.1. Os preços referenciais dessa contratação são sigilosos, conforme art. 30 do RCC 3.0.

12.2. Para o valor dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em regime de plantão 24h, o preenchimento do Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686), nos campos que condizem ao fornecimento do serviço, poderá ser alterada pelas empresas, sendo item de disputa.

12.3. Para o valor dos serviços de atualização tecnológica, o preenchimento do Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686), nos campos que condizem ao fornecimento do serviço, poderá ser alterada pelas empresas, sendo item de disputa.

12.4. Para o faturamento de peças e manutenção corretiva sob demanda, foi estipulado o valor mensal de R\$ 5.990,95 (novecentos e sessenta e seis mil oitocentos e quarenta reais e sete centavos) conforme Termo Aditivo - SEI 51182656 corrigido pelo índice IPCA, sem o acréscimo de BDI, considerando que não é possível prever quais peças terão a necessidade de substituição e este valor já atende bem ao HUGG-Unirio/EBSERH. Essa reserva orçamentária é um valor fixo, que não poderá ser alterado pelas empresas para a formulação da proposta, sendo que na tabela modelo, Anexo XIV Acórdão TCU - BDI (57573882) apresenta critérios para adoção do valor do BDI nas propostas, item de disputa.

13. VISITA TÉCNICA

13.1. As licitantes poderão visitar/vistoriar os locais onde os elevadores e plataformas de elevação estão instalados para tomar conhecimento das condições dos equipamentos e de eventuais dificuldades que possam afetar o custo final da contratação ou a execução dos serviços;

13.2. A visita técnica poderá ser realizada até o dia de apresentação de proposta, com acompanhamento por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, com agendamento prévio de 48h junto a Setor de Infraestrutura.

13.3. As licitantes que realizarem a visita deverão emitir a declaração do Anexo V Modelo de Declaração de Vistoria (57573481) e de Concordância com o Termo de Referência e seus Anexos, a qual deverá ser apresentada no momento da visita técnica, assinada e conter a identificação do responsável técnico, de que visitou o HUGG-Unirio/EBSERH, tomou conhecimento das condições locais e de todos os elementos técnicos necessários admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação no hospital e condições suficientes para realizar os serviços, conforme objeto desta contratação. Este documento é que comprovará que a Proponente vistoriou o local onde serão executados os serviços do objeto e de que tem pleno conhecimento dos serviços a serem executados;

13.4. A realização da visita técnica é opcional. Caso a licitante desconsidere tal necessidade, não poderá alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos e do grau de dificuldade existente como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto. Caso opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar a declaração, Anexo VI Modelo Declaração de Dispensa de Vistoria (57573512).

14. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Obrigações da Contratada:

14.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.1.2. Prestar os serviços conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

14.1.3. Cumprir e obedecer às normas internas de segurança, de acesso e permanência as dependências físicas da EBSERH (sede e suas filiais), quando necessária à execução do objeto.

14.1.4. Após assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá solicitar agendamento com antecedência mínima de 7 dias úteis a realização de treinamento de integração em segurança no trabalho, a ser ministrado pelo USOST/HUGG-UNIRIO.

14.1.5. A CONTRATADA deverá ser elaborar plano de manutenção preventiva com cronograma de execução aprovado pela CONTRATANTE.

14.1.6. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização um Plano de Manutenção Preventiva para os 08 (oito) equipamentos de transporte vertical seguindo instruções dos fabricantes, normas técnicas etc.

14.1.7. A CONTRATADA deverá apresentar prévio cronograma mensal de execução do plano de manutenção preventiva para cada mês subsequente, o qual poderá sofrer alteração em virtude de solicitação da fiscalização do contrato.

14.1.8. A CONTRATADA deverá emitir para cada atendimento uma Ordem de Serviço (em 02 vias), assinada pelo técnico responsável (2 vias), descrevendo os serviços realizados no equipamento. Este documento deverá ser assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA e ser apresentado ao fiscal técnico da CONTRATANTE (ou pessoa designada por ele), para que o mesmo ateste a conclusão do serviço. Esse documento será necessário para a realização das medições que comporão os pagamentos.

14.1.9. A CONTRATADA deverá manter o diário de ocorrências contendo todas as intervenções realizadas nos equipamentos e locais de instalação dos mesmos;

14.1.10. A CONTRATADA deverá fixar nos equipamentos, uma etiqueta indicando telefone de contato para emergências e a data da última manutenção preventiva;

14.1.11. A CONTRATADA somente efetuará a retirada de quaisquer componentes dos elevadores ou outros equipamentos para manutenção fora das dependências do HUGG-Unirio/EBSERH após autorização formal da contratante, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento e devolução ao local em que deva ser instalado, bem como pelas despesas operacionais decorrentes.

- 14.1.12. A CONTRATADA deverá treinar todos os funcionários, pessoal ligado ao Serviço de Segurança do HUGG-Unirio/EBSERH e técnico de utilidades terceirizado da contratante, no sentido de orientá-los quanto ao procedimento adequado nos casos de emergência, bem como no trabalho diário, visando o bom funcionamento e durabilidade dos equipamentos.
- 14.1.13. A CONTRATADA deverá realizar os treinamentos em três turnos e ministrados pelo engenheiro e técnico da contratada, devendo ser repetidos quando solicitados pela Contratante em virtude de atualização em seu quadro de colaboradores.
- 14.1.14. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 14.1.15. A Contratada deverá indenizar ao HUGG-UNIRIO/EBSERH, em pecúnia, por quaisquer danos causados aos bens (móveis, utensílios ou equipamentos), sob sua custódia e pelos seus empregados durante a execução dos serviços nas instalações do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR, bem como o extravio de qualquer objeto de valor encontrado, desde que comprovada a culpa do empregado da Contratada;
- 14.1.16. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do objeto.
- 14.1.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 14.1.18. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 14.1.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 14.1.20. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 14.1.21. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las.
- 14.1.22. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.
- 14.1.23. A contratada se obriga a coletar e apresentar a documentação trabalhista dos empregados subcontratados, bem como comprovar a regularidade fiscal e trabalhista das empresas subcontratadas;
- 14.1.24. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica, ART/CREA;
- 14.1.25. A contratada será responsável pela segurança, eficiência e adequação dos métodos, mão de obra, materiais e equipamentos utilizados, bem como deverá atender às exigências das normas técnicas vigentes;
- 14.1.26. A Contratada será responsável por utilizar empregados habilitados à execução dos serviços, em conformidade com as normas e legislação em vigor;
- 14.1.27. A Contratada será responsável pelo comportamento do seu pessoal, bem como zelar para que os mesmos portem, em lugar visível, o crachá de identificação;
- 14.1.28. A Contratada será responsável por qualquer acidente de trabalho sofrido pelos seus empregados quando da execução das suas atividades;
- 14.1.29. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 14.1.30. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 14.1.31. Indicação de número de telefone fixo e móvel, para chamados urgentes;
- 14.1.32. A partir da data de início do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de registro e acompanhamento de chamados técnicos por intermédio de telefone fixo, celular e e-mail, durante o horário proposto para atendimento. Este serviço compreende uma estrutura de suporte centralizado para o atendimento, registro e acompanhamento de chamados técnicos, bem como o acionamento e controle de deslocamento dos técnicos;
- 14.1.33. Responsabilizar-se pela retirada e destino adequado, respeitando a legislação ambiental, de todo e qualquer material excedente ao cumprimento do objeto contratado, como por exemplo: material de consumo, peças substituídas, não se limitando a estes;
- 14.1.34. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;
- 14.1.35. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.1.36. O Atendimento Técnico aos chamados de Manutenção Corretiva de Urgência deverão ser executados, independentemente do horário ou dia da semana, a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, por telefone, devendo em qualquer caso ser anotado o dia, a hora e o nome da pessoa que receber a comunicação, quantas forem necessárias, sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE, independentemente das visitas para a manutenção preventiva;
- 14.1.37. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.1.38. Permitir o acompanhamento dos serviços por técnicos e/ou engenheiros da CONTRATANTE no local de instalação dos equipamentos;
- 14.1.39. Permitir que esses técnicos e/ou engenheiros da CONTRATANTE inspecionem previamente os equipamentos, para constatação dos defeitos apresentados;
- 14.1.40. Indicar que seu técnico ou supervisor técnico (engenheiro) se apresente ao responsável da CONTRATANTE, antes de iniciar a execução de qualquer serviço;

- 14.1.41. Indicar que seu técnico ou supervisor técnico (engenheiro) colabore com os servidores da CONTRATANTE que forem acompanhar os serviços;
- 14.1.42. Manter equipes de técnicos qualificados para atender às necessidades da CONTRATANTE;
- 14.1.43. Cumprir todas as normas de Legislação existente sobre Segurança e Medicina do Trabalho, normas da ABNT e dos outros Órgãos Governamentais que regulamentam sobre o assunto em questão, assim como as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 14.1.44. Fornecer mensalmente um relatório com a descrição de todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva executados, que deverá ser encaminhado declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste ao Setor de Infraestrutura Física do HUGG-Unirio/EBSERH até o 5º dia útil do mês;
- 14.1.45. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, e providenciar, na falta do empregado ao serviço e nas ausências por motivo de férias ou de saúde, de imediato, sem qualquer ônus adicional, a sua substituição ou reposição;
- 14.1.46. Apresentar, previamente, os dados dos empregados que serão colocados à disposição da CONTRATANTE;
- 14.1.47. Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;
- 14.1.48. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;
- 14.1.49. Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE e manter a disciplina nos locais de serviço, inclusive a respeito do cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, prevenção contra incêndios, disciplina de pessoal, entrada e saída de materiais e pessoas, limpeza e higiene nas áreas do HUGG-UNIRIO/EBSERH, bem como dos postulados legais no âmbito Federal, Estadual ou Municipal concernentes ao tipo de serviço;
- 14.1.50. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.
- 14.1.51. Apresentar à Contratante, no início da prestação dos serviços e mensalmente, relação nominal dos empregados que executaram os serviços para a Contratada nas dependências do HUGG-UNIRIO/EBSERH, em formato digital (PDF).
- 14.1.52. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e convenção coletiva de trabalho da categoria.
- 14.1.53. A Contratada deve estar ciente que a Contratante só autorizará a emissão da Nota Fiscal referente ao mês da prestação dos serviços, após a conferência da conformidade da documentação acima citada.
- 14.1.54. Se responsabilizar pelo transporte dos trabalhadores alocados na prestação do serviço, no caso de greve, paralisação ou qualquer outra perturbação no transporte público.
- 14.1.55. Todas as documentações trabalhistas solicitadas pela Fiscalização devem ser fornecidas pela CONTRATADA.
- 14.1.56. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 14.1.57. Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada a proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.
- 14.1.58. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 14.1.59. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 14.1.60. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.1.61. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 14.1.62. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.1.63. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 14.1.64. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 14.1.65. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação.
- 14.1.66. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 14.1.67. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação.
- 14.1.68. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 14.1.69. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

- 14.1.70. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 14.1.71. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 14.1.72. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 14.1.73. Fornecer equipamentos de proteção coletiva adequados com base nas legislações e normas em vigor, os quais devem ser aplicados quando necessário para garantir a segurança das instalações, funcionários e pacientes, quando da execução dos serviços de manutenção dos elevadores e plataformas. Exemplos: Cone de sinalização, fita indicadora de área interditada, cavaletes/biombo de sinalização, dentre outros.
- 14.1.74. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.
- 14.1.75. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 14.1.76. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 14.1.77. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 14.1.78. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 14.1.79. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 14.1.80. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 14.1.81. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 14.1.82. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 14.1.83. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 14.1.84. Para efeito de comprovação da comunicação, o contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 14.1.85. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 14.1.86. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 14.1.87. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 14.1.88. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 14.1.89. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 14.1.90. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 14.1.91. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 14.1.92. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 14.1.93. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 14.1.94. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e

Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

14.1.95. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.1.96. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

14.1.97. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

14.1.98. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

14.1.98.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.

14.1.98.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

14.1.98.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.1.98.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.1.99. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

14.1.100. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.1.101. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.1.101.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

14.1.101.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

14.2. Obrigações da Contratante:

14.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

14.2.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais.

14.2.3. A Contratante através da EFC, orientará a Contratada sobre eventuais providências que possam melhorar o desempenho dos equipamentos;

14.2.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

14.2.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14.2.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

14.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado.

14.2.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.

14.2.9. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da contratação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2.10. A contratante fornecerá todas as condições de infraestrutura e meios necessários para garantir a execução do objeto dentro da unidade hospitalar.

14.2.11. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.2.12. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela licitante;

14.2.13. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:

- I - Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II - Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- III - Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- IV - Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V - Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- VI - Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

14.2.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.2.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14.2.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

15. FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

15.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações realizadas diariamente e de forma constante, tendo como objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

15.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como pelos empregados/servidores do setor de infraestrutura física de acordo com as seguintes disposições:

15.3. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

15.4. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização interna e pelo público usuário;

15.5. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

15.6. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

15.7. Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

15.8. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

15.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.10. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

15.11. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

15.12. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

15.12.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso; e

15.12.2. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços, LTCAT, PGR e PCMSO.

15.13. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

15.13.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

15.13.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do

contratado;

15.13.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

15.13.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.13.5. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

15.13.6. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

15.13.7. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

15.13.8. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

15.13.9. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

15.13.10. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

15.14. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

15.14.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

15.14.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

15.14.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

15.14.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

15.15. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

15.16. No caso de cooperativas:

15.16.1. Recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

15.16.2. Recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

15.16.3. Comprovante de distribuição de sobras e produção;

15.16.4. Comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (Fates);

15.16.5. Comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

15.16.6. Comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

15.16.7. eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

15.17. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

15.18. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem anterior deverão ser apresentados.

15.19. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

15.20. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

15.21. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

15.22. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.23. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

15.24. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

15.25. Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

15.26. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

15.27. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

15.28. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

15.29. Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específico, conforme o caso.

- 15.30. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 15.30.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 15.30.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
- 15.30.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- 15.30.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 15.31. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):
- 15.32. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- 15.33. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- 15.34. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicaf;
- 15.35. Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.
- 15.36. Fiscalização diária:
- 15.37. Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- 15.38. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- 15.39. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 15.40. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
- 15.41. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.
- 15.42. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 15.43. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
- 15.44. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
- 15.45. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- 15.46. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- 15.47. Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- 15.48. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 15.49. A contratada deverá facilitar a fiscalização por parte da contratante, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATANTE em até 02 (dois) dias úteis, por intermédio do preposto e os fornecer de forma gratuita independentemente do meio utilizado para realizar a solicitação (telefone, página na internet, etc). Bem como, fornecer atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, através de chamada telefônica para representante da CONTRATADA.
- 15.50. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 15.51. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 15.52. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.53. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.54. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.55. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da

prestação dos serviços realizada.

15.56. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.57. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo e no ato convocatório.

15.58. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.59. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

15.60. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.61. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

15.62. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto no art. 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

15.63. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.64. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

15.65. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

15.66. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

15.67. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

15.68. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à contratada as seguintes sanções:

16.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

16.1.2. Multa de:

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou contratual que acarretem prejuízos;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.1.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.1.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
12	Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação	05
13	Pagar as verbas salariais	05
14	Cumprir prazo de entrega da documentação trabalhista	02
15	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

16.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede EBSE RH, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a EBSE RH em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

16.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

16.3. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

16.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da EBSE RH, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EBSE RH, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

16.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.8. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela EBSE RH deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

16.9. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

17. GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

- 17.1. Os serviços e peças substituídas terão os prazos de garantia legal, conforme Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 17.2. Todas as peças consertadas ou substituídas nas manutenções serão garantidas pela Contratada pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.
- 17.3. Os elevadores modernizados terão garantia mínima de 12 meses após a conclusão de cada modernização.
- 17.4. A Contratada é responsável pela garantia da qualidade dos serviços prestados nas manutenções preventivas, corretivas e dos serviços de atualização tecnológica, isentando o Contratante pelos custos advindos das visitas adicionais para a completa conclusão dos serviços contratados.

18. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 18.1. Acompanhamento periódico dos elevadores, analisando situações esperadas durante a execução do contrato assim como possíveis situações pontuais que possam vir a acontecer, através da fiscalização do respectivo contrato.
- 18.2. Pesquisa de satisfação dos serviços prestados para os participantes finais do processo (chefes, encarregados, fiscais e técnicos e colaboradores que fazem uso dos elevadores) para otimização dos serviços prestados.
- 18.3. Pesquisa de fluxos que podem ser otimizados entre a contratada e a contratante para a otimização de manutenção.
- 18.4. Treinamentos à serem realizados com os setores que possuem os elevadores e plataformas para o correto uso do equipamento e melhor otimização dos seus processos.
- 18.5. O contratado receberá os chamados via dispositivo de mensagens instantâneas, telefone ou e-mail e entrará em contato com o setor respectivo para a resolução da demanda, dando o feedback do chamado, com a resolução da falha ou manutenção corretiva para o fiscal do contrato, e em seu afastamento para o suplente.

19. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

- 19.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.
- 19.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.
- 19.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 19.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 19.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 19.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 19.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 19.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 19.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 19.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP n.º 656/2022).
- 19.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 19.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Ebserh à CONTRATADA; e
- 19.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Ebserh, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Ebserh.
- 19.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se

a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

19.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

19.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/2022.

19.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

19.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

19.11.2. A Ebserh deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

19.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Ebserh e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

19.13. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

19.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

19.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

20.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

20.1.1. Os bens/materiais devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

20.1.2. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte;

20.1.3. Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

20.1.4. Os óleos lubrificantes, combustíveis e filtros substituídos deverão ser corretamente recolhidos, coletados e ter uma destinação para evitar efeitos nocivos ao meio ambiente, obedecendo a resolução nº 362 de 23 de junho de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

20.1.5. Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente;

20.1.6. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

20.1.7. A contratada deverá realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao decreto nº 5.940/2006.

20.2. A Contratada deverá adotar preferencialmente o meio eletrônico, ao invés do impresso, sempre que possível, como critérios e práticas de sustentabilidade, além do uso de materiais com menor impacto ambiental sobre os recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

20.3. Conforme Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010: "Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

20.3.1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

20.3.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

20.3.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

20.3.4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

20.3.5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

20.3.6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

20.3.7. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

20.3.8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente".

20.4. Logística reversa:

20.4.1. Conforme prevê o Artigo 3º, inciso XII da LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

20.4.2. Conforme Art. 33 da mesma Lei, "são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I - Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II - Pilhas e baterias;
- III - Pneus;
- IV - Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

20.5. Conforme citado nos Parágrafos Primeiro e Segundo, do mesmo artigo, serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

20.6. Quanto às embalagens dos produtos a serem fornecidos, o artigo 32 da mesma Lei diz:

- a) "Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.
- b) § 1 Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:
 - I - Restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;
 - II - Projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;
 - III - Recicladas, se a reutilização não for possível".

20.7. Em se tratando de sustentabilidade social, a presente contratação tem como propósito melhorar a qualidade de vida da população como um todo, visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, já que o Complexo Hospitalar de Clínicas tem como missão ser referência de excelência na formação de profissionais de saúde, na atenção à saúde, na inovação tecnológica e sustentabilidade, atendendo com inserção e integração na rede de serviços em saúde e nas necessidades da população, prestando serviços de forma gratuita e com excelência.

20.8. O pilar econômico está relacionado com a produção, consumo e distribuição de bens e serviços, levando em consideração a questão social e ambiental. Sendo traduzida como pensar sobre os processos econômicos de maneira mais profunda e responsável, as empresas atuam sem visar apenas o lucro desenfreado, mas em uma forma de crescer causando menos impactos ambientais. Inclusive, com a ascensão dos debates sociais, empresas que buscam soluções sustentáveis acabam tendo resultados positivos, pois a população busca cada vez mais consumir marcas com uma cultura de desenvolvimento sustentável.

20.9. O bem a ser fornecido pela empresa deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, bem como o que consta no RCC 3.0. Em se tratando de sustentabilidade social, a presente contratação tem como propósito melhorar a qualidade de vida da população como um todo, visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, já que o Complexo Hospitalar de Clínicas tem como missão ser referência de excelência na formação de profissionais de saúde, na atenção à saúde, na inovação tecnológica e sustentabilidade, atendendo com inserção e integração na rede de serviços em saúde e nas necessidades da população, prestando serviços de forma gratuita e com excelência. Já no ambiente laborativo a sustentabilidade social a presente aquisição visa promover um ambiente de trabalho confortável e agradável a seus colaboradores.

20.10. O serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores não exige licenciamento ambiental prévio, conforme normativas lei n.º 6.938/1981, e resoluções do Conama.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. A Contratação do objeto do Termo de Referência em tela possui adequação orçamentária, conforme tabela abaixo.

Fonte de Recurso (Custeio / Capital):	1002A004QY / 1000A00003
PTRES (Custeio / Capital):	234200 / 231292
Plano de Trabalho:	10302511885850033
Plano Interno:	OHM6D000000
Elemento de Despesa:	339039
Descrição ED	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS
Processo Licitatório:	23819.003303/2025-21
Destino:	SIF
Tipo:	Global
Modalidade:	Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inciso IV, do Regulamento de Compras e Contratos da EBSEH (RCC 3.0)
	Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva e modernização de elevadores

Objeto:	e plataformas de elevação/monta-cargas
---------	--

22. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

22.1. Subcontratação

22.1.1. A contratada não poderá transferir a terceiros as obrigações assumidas. Porém, caso seja necessária a subcontratação para algum serviço específico e excepcional a contratante deverá ser comunicada para aprovação prévia.

22.1.2. A contratada assume integralmente a responsabilidade sobre os serviços e atos de suas subcontratadas, ficando obrigada a responder, reparar, restituir e arcar com custos decorrentes de quaisquer danos por estas causados.

22.1.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 0 a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

22.1.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação abaixo discriminada:

a) Item 2.23 do Termo de Referência, correspondente à execução das atividades constantes no roteiro de manutenções preventivas e corretivas.

22.1.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

a) Serviços de guinchos, guindastes para transporte vertical e horizontal de todas as peças e componentes para a montagem e desmontagem dos equipamentos;

b) Serviços de retífica e tornearia;

c) Serviços de atualização ou instalação de software.

22.1.6. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

22.1.7. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

22.1.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

22.2. Consórcios

22.2.1. Não será admitida a contratação de consórcios, considerando que a vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

22.2.2. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio.

22.2.3. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todas as condições de habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

24.1. A prestação dos serviços no âmbito dessa contratação deve cumprir todas as normas de Legislação existente sobre Segurança e Medicina do Trabalho, normas da ABNT e dos outros Órgãos Governamentais que regulamentam sobre o assunto em questão, assim como as Normas Internas da CONTRATANTE;

24.2. Com caráter exemplificativo, segue algumas das principais normativas que regulamentam a contratação e prestação dos serviços:

24.2.1. Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

24.2.2. Decreto nº9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;

24.2.3. Decreto nº8.945, de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº13.303 de 30 de junho de 2016;

24.2.4. Regulamento de Compras e Contratos da EBSEH 3.0;

24.2.5. Manual de Sinalização dos Hospitais Universitários - 2ª Edição;

24.2.6. Parâmetros projetuais para hospitais de ensino e pesquisa da rede Ebserh;

24.2.7. Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia em Hospitais Universitários;

24.2.8. Manual de Especificação de Materiais de Revestimento em Hospitais Universitários;

24.2.9. Caderno de Manutenção Predial;

24.2.10. Gerenciamento de resíduos de obras hospitalares da rede Ebserh;

24.2.11. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº05, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de

contratação de serviços;

24.2.12. Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997 e atualizações – Estabelece as Práticas de Projetos e Construção e Manutenção de edifícios Públicos Federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes de SISG;

24.2.13. Norma Regulamentadora nº 01 – Disposições Gerais relativas à segurança e medicina do trabalho;

24.2.14. Norma Regulamentadora nº 06 – Equipamentos de Proteção Individual;

24.2.15. Norma Regulamentadora nº 09 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;

24.2.16. Norma Regulamentadora nº 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

24.2.17. Norma Regulamentadora nº 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

24.2.18. Norma Regulamentadora nº 23 – Proteção contra Incêndios;

24.2.19. Norma Regulamentadora nº 26 – Sinalização de Segurança;

24.2.20. Norma Regulamentadora nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde;

24.2.21. ABNT NBR 5.410:2004 Versão Corrigida:2008 – Instalações Elétricas de baixa tensão;

24.2.22. ABNT NBR 13.534:2008 – Instalações elétricas de baixa tensão – Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;

24.2.23. ABNT NBR 16083:2012 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes - Requisitos para instruções de manutenção;

24.2.24. ABNT NBR 14712:2013 - Elevadores elétricos e hidráulicos — Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores de maca — Requisitos de segurança para construção e instalação;

24.2.25. ABNT NBR NM 313:2007 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;

24.2.26. ABNT NBR NM 267 - Elevadores hidráulicos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação;

24.2.27. ABNT NBR 12.892 - Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação;

24.2.28. NBR ISO 9386 Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida;

24.3. A contratação também será orientada pelas:

24.3.1. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

24.3.2. Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

24.3.3. Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);

24.3.4. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;

24.3.5. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;

24.3.6. Leis e Resoluções relativas ao meio ambiente;

24.3.7. Demais legislações vigentes na assinatura e execução desse objeto.

25. **MATRIZ DE RISCOS**

25.1. A matriz de risco descrita no Anexo IX Matriz de Riscos (59503588) define os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, de cada um dos riscos mapeados para fase de gestão do contrato, com alocação da responsabilidade para a contratante ou para a contratada.

25.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, apresentando as seguintes informações mínimas:

- a) O detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que estão sendo adotadas e as que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

25.3. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão, a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.

25.4. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções cabíveis.

25.5. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

25.6. Fica vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

25.7. O Termo de Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que, a despeito de terem sido adotadas todas as medidas para sanar os efeitos do evento, a sua manutenção se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou for excessivamente onerosa.

25.8. A CONTRATADA declara:

25.8.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e;

25.8.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta

25.8.3. Os fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão comunicados no prazo de 02 (dois) dias úteis e decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

26. ANEXOS

26.1. Anexo I - Especificação Técnica Modernização (57528586);

26.2. Anexo II - Escopo Modernização (SEI nº 57528630);

26.3. Anexo III - Informações Técnicas e Localização (SEI nº 57528663);

26.4. Anexo IV Modelo Declaração de Capacidade Técnica (57573455);

26.5. Anexo V Modelo de Declaração de Vistoria (57573481);

26.6. Anexo VI Modelo Declaração de Dispensa de Vistoria (57573512);

26.7. Anexo VIII Modelo de Proposta de Preços (SEI nº 59325686);

26.8. Anexo IX Matriz de Riscos (59503588);

26.9. Anexo X Modelo Termo de Aceitação das Exigências (57573641);

26.10. Anexo XI Modelo Declaração de Responsável Técnico (57573669);

26.11. Anexo XII Modelo Declaração Negativa de Impedimentos (57573813);

26.12. Anexo XIII Modelo Interesse entre as Partes (57573851);

26.13. Anexo XIV Acórdão TCU - BDI (57573882);

26.14. Anexo XV Declaração 1/12 (57573907);

26.15. Anexo XVI POP-DGP-055 - USOST (57573955).

26.16. Segue para apreciação da autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Coordenador da EPC:

(assinado eletronicamente)

Hugo Leonardo Gomes Garcia

Engenheiro Mecânico

SIF/DLIH/GAD/HUGG-UNIRIO

Membros:

(assinado eletronicamente)

Aline Gregorio de Souza

Arquiteta

SIF/DLIH/GAD/HUGG-UNIRIO

(assinado eletronicamente)

William Rogerio Xavier

Analista Administrativo

SIF/DLIH/GAD/HUGG-UNIRIO

26.17. De acordo.

26.18. Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a continuidade da **prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e modernização dos elevadores do HUGG-UNIRIO/EBSERH** é fundamental para garantir o pleno funcionamento do hospital.

26.19. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.

26.20. Encaminhe-se ao Setor de Administração/DAF/GAD para continuidade da instrução processual.

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE
(assinado eletronicamente)
João Marcelo Ramalho Alves
SUPERINTENDENTE DO HUGG-UNIRIO/EBSERH
Portaria-SEI nº 138-EBSERH de 26/06/2020



Documento assinado eletronicamente por **HUGO LEONARDO GOMES GARCIA, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 02/04/2026, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Rogerio Xavier, Analista Administrativo**, em 02/04/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Gregorio de Souza, Arquiteto(a)**, em 02/04/2026, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Marcelo Ramalho Alves, Superintendente**, em 06/04/2026, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59217857** e o código CRC **E9A10E20**.

Referência: Processo nº 23819.003303/2025-21 SEI nº 59217857